

Diário do Legislativo de 09/01/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 217ª Reunião Extraordinária

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 217ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 20/12/2001

Presidência dos Deputados Antônio Júlio, Alberto Pinto Coelho e Olinto Godinho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.796/2001; discursos da Deputada Elbe Brandão e dos Deputados Miguel Martini, Rogério Correia, João Leite, Geraldo Rezende, Mauro Lobo e Adelmo Carneiro Leão; encerramento da discussão; requerimentos do Deputado Miguel Martini(2); deferimento; requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão; deferimento; requerimento do Deputado Rogério Correia; aprovação; votação do projeto, salvo emendas, subemendas e destaques; aprovação; votação das emendas e subemendas com parecer pela aprovação, salvo destaques; aprovação; prejudicialidade das Emendas nºs 4, 6 a 11, 25, 29, 30, 39, 46, 51, 90, 94, 97, 98, 102 a 129, 131, 136, 138, 140, 144, 230, 232 a 234, 236, 238, 240, 243, 245, 247, 249, 253, 265, 267, 268, 270, 274, 275, 277, 284, 286, 298, 299, 300, 315, 340, 379, 394, 433 a 439, 441, 442, 444, 448, 450, 453, 473, 474, 477, 478, 480, 489, 491 a 493, 503, 504, 508, 510, 515 a 517, 519, 520, 524 a 527, 529, 531, 533 a 536, 539, 540, 542, 544 a 546, 583, 593, 603, 649, 654, 656, 657, 711, 714, 717, 718, 720, 721, 723, 725 a 727, 730, 735, 740, 749, 756, 761, 764, 868, 887 a 896, 944, 957, 961, 964, 969 a 971, 974 a 997, 1.032, 1.086 a 1.088, 1.090, 1.131, 1.132, 1.146, 1.180, 1.181, 1.545 a 1.557, 1.560 a 1.562, 1.565, 1.570, 1.573, 1.616, 1.620, 1.623 a 1.625, 1.628, 1.629, 1.685, 1.711, 1.717, 1.719, 1.721, 1.725, 1.784 a 1.787, 1.860, 1.904, 2.005, 2.008, 2.009, 2.011 a 2.014, 2.050, 2.161, 2.164, 2.168, 2.299, 2.301, 2.303, 2.304, 2.307, 2.312, 2.314, 2.315, 2.320 a 2.322, 2.326, 2.395 a 2.406, 2.524 a 2.529, 2.535, 2.539, 2.543, 2.544, 2.548, 2.554, 2.558, 2.561, 2.564, 2.565, 2.568, 2.569, 2.594 a 2.622, 2.647, 2.682, 2.689, 2.694, 2.698, 2.700, 2.717, 2.718, 2.722, 2.723, 2.725, 2.726, 2.771 e 2.805; votação das emendas com parecer pela rejeição, salvo destaques; rejeição; votação das Emendas nºs 1.726, 2.812, 2.813 e 2.814; discurso do Deputado Rogério Correia; aprovação; votação da Emenda nº 2.648; aprovação; votação da Emenda nº 2.649; aprovação - Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.465/2001; requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada; aprovação do requerimento - Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.466/2001; requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada; aprovação do requerimento - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.825/2001; aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.804/2001; apresentação das Emendas nºs 3 e 4 e da Subemenda nº 1 à Emenda nº 4; encaminhamento do projeto com as emendas à Mesa da Assembléia - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2001 e dos Projetos de Lei nºs 1.344 e 1.796/2001; aprovação; declarações de voto - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - José Milton - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Navarro Vieira

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Às 20 horas, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Márcio Cunha, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta da reunião os Projetos de Lei nºs 1.291/2000, 1.344, 1.760 e 1.761/2001, apreciados na reunião extraordinária realizada ontem, à noite, bem como o veto à Proposição de Lei nº 14.916, o Projeto de Lei nº 1.439/2001 e a Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2001, apreciados na reunião extraordinária realizada hoje, pela manhã.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.796/2001, do Governador do Estado, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício de 2002. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1, 13 a 24, 31 a 37, 40 a 45, 48 a 50, 52 a 84, 86 a 89, 91 a 93, 95, 96, 99, 100, 101, 130, 132, 134, 135, 137, 139, 141 a 143, 145 a 172, 195 a 229, 231, 241, 248, 252, 263, 264, 272, 278, 282, 287, 288, 301, 302, 304 a 308, 310, 320, 323, 326, 327, 338, 341, 343, 345, 347, 360, 361, 363 a 365, 367, 368, 371 a 376, 380 a 393, 395 a 404, 411 a 432, 440, 443, 445 a 447, 449, 451, 452, 454 a 472, 488, 494 a 502, 505 a 507, 509, 513, 518, 521 a 523, 528, 530, 532, 537, 538, 541, 543, 547 a 578, 580, 584, 585, 588, 596, 598, 599, 610, 616, 618, 619, 622 a 626, 628, 629, 631, 634, 639, 648, 652, 653, 659, 660 a 705, 716, 719, 738, 743 a 748, 750, 758, 759, 760, 768, 769, 770, 869 a 886, 897 a 943, 945 a 956, 962, 963, 965, 972, 973, 1.010, 1.022 a 1.031, 1.033 a 1.050, 1.053 a 1.074, 1.214 a 1.243, 1.400 a 1.433, 1.435, 1.436, 1.438 a 1.440, 1.444, 1.450, 1.483 a 1.486, 1.489 a 1.504, 1.506, 1.507, 1.558, 1.559, 1.563, 1.564, 1.574, 1.578 a 1.615, 1.617 a 1.619, 1.621, 1.622, 1.626, 1.627, 1.630, 1.698 a 1.710, 1.712 a 1.716, 1.718, 1.720, 1.722, 1.723, 1.724, 1.726 a 1.729, 1.731, 1.733 a 1.747, 1.749 a 1.761, 1.769 a 1.783, 1.788 a 1.836, 1.838, 1.858, 1.859, 1.861, 1.865, 1.905, 1.906, 1.927, 1.937, 1.957, 1.960, 1.974, 1.975, 1.976, 1.982 a 1.993, 2.006, 2.007, 2.010, 2.015 a 2.049, 2.051 a 2.087, 2.089 a 2.097, 2.099 a 2.150, 2.152 a 2.160, 2.162, 2.163, 2.165, 2.166, 2.167, 2.170 a 2.228, 2.300, 2.302, 2.305, 2.306, 2.308 a 2.311, 2.313, 2.316 a 2.319, 2.324, 2.325, 2.327 a 2.353, 2.384 a 2.394, 2.407 a 2.458, 2.460 a 2.492, 2.494 a 2.517, 2.534, 2.545, 2.546, 2.549, 2.550, 2.552, 2.553, 2.556, 2.563, 2.566, 2.567, 2.570, 2.573 a 2.593, 2.623 a 2.646, 2.676 a 2.681, 2.683 a 2.688, 2.690 a 2.693, 2.695 a 2.697, 2.699, 2.701 a 2.716, 2.719 a 2.721, 2.724, 2.727 a 2.756, 2.770, 2.779 a 2.804, 2.806 a 2.811, 2.812 a 2.841, com as subemendas, que receberam o nº 1, às Emendas nºs 4, 6 a 11, 25, 29, 30, 39, 46, 51, 90, 94, 97, 98, 102 a 129, 131, 136, 138, 140, 144, 230, 232 a 234, 236, 238, 240, 243, 245, 247, 249, 253, 265, 267, 268, 270, 274, 275, 277, 284, 286, 298 a 300, 315, 340, 379, 394, 433 a 439, 441, 442, 444, 448, 450, 453, 473, 474, 477, 478, 480, 489, 491 a 493, 503, 504, 508, 510, 515 a 517, 519, 520, 524 a 527, 529, 531, 533 a 536, 539, 540, 542, 544 a 546, 583, 593, 603, 649, 654, 656, 657, 711, 714, 717, 718, 720, 721, 723, 725 a 727, 730, 735, 740, 749, 756, 761, 764, 868, 887 a 896, 944, 957, 961, 964, 969, 970, 971, 974 a 997, 1.032, 1.086 a 1.088, 1.090, 1.131, 1.132, 1.146, 1.180, 1.181, 1.545 a 1.557, 1.560 a 1.562, 1.565, 1.573, 1.616, 1.620, 1.623 a 1.625, 1.628, 1.629, 1.685, 1.711, 1.717, 1.719, 1.721, 1.725, 1.784 a 1.787, 1.860, 1.904, 2.005, 2.008, 2.009, 2.011 a 2.014, 2.050, 2.161, 2.164, 2.168, 2.299, 2.301, 2.303, 2.304, 2.307, 2.312, 2.314, 2.315, 2.320 a 2.322, 2.326, 2.395 a 2.406, 2.524 a 2.529, 2.535, 2.539, 2.543, 2.544, 2.548, 2.554, 2.558, 2.561, 2.564, 2.565, 2.568, 2.569, 2.594 a 2.622, 2.682, 2.689, 2.694, 2.698, 2.700, 2.717, 2.718, 2.722, 2.723, 2.725, 2.726, 2.771 e 2.805; pela prejudicialidade das respectivas subemendas, que receberam o nº 1, as Emendas nºs 4, 6 a 11, 25, 29, 30, 39, 46, 51, 90, 94, 95, 97, 98, 102 a 129, 131, 136, 138, 140, 144, 230, 232 a 234, 236, 238, 240, 243, 245, 247, 249, 253, 265, 267, 268, 270, 274, 275, 277, 284, 286, 298 a 300, 315, 340, 379, 394, 433 a 439, 441, 442, 444, 448, 450, 453, 473, 474, 477, 478, 480, 489, 491 a 493, 503, 504, 508, 510, 515 a 517, 519, 520, 524 a 527, 529, 531, 533 a 536, 539, 540, 542, 544, 546, 583, 593, 603, 649, 654, 656, 657, 711, 714, 717, 718, 720, 721, 723, 725 a 727, 730, 735, 740, 749, 756, 761, 764, 868, 887 a 896, 944, 957, 961, 964, 969 a 971, 974 a 997, 1.032, 1.086 a 1.088, 1.090, 1.131, 1.132, 1.146, 1.180, 1.181, 1.545 a 1.557, 1.560 a 1.562, 1.565, 1.573, 1.616, 1.620, 1.623 a 1.625, 1.628, 1.629, 1.685, 1.711, 1.717, 1.719, 1.721, 1.725, 1.784 a 1.787, 1.860, 1.904, 2.005, 2.008, 2.009, 2.011 a 2.014, 2.050, 2.161, 2.164, 2.168, 2.299, 2.301, 2.303, 2.304, 2.307, 2.312, 2.314, 2.315, 2.320 a 2.322, 2.326, 2.395 a 2.406, 2.524 a 2.529, 2.535, 2.539, 2.543, 2.544, 2.548, 2.554, 2.558, 2.561, 2.564, 2.565, 2.568, 2.569, 2.594 a 2.622, 2.682, 2.689, 2.694, 2.698, 2.700, 2.717, 2.718, 2.722, 2.723, 2.725, 2.726, 2.771 e 2.805. Ficam, também, prejudicadas as Emendas nºs 1.570 e 2.647; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 3, 5, 12, 26 a 28, 38, 47, 85, 173 a 184, 186 a 194, 235, 237, 239, 242, 244, 246, 250, 251, 254 a 262, 266, 269, 271, 273, 276, 279, 280, 281, 283, 285, 289, 290 a 297, 303, 309, 311 a 314, 316 a 319, 321, 322, 324, 325, 328, 337, 339, 342, 344, 346, 348 a 359, 362, 366, 369, 370, 377, 378, 405 a 410, 475, 476, 479, 481 a 487, 490, 511, 512, 514, 579, 581, 582, 586, 587, 589 a 592, 594, 595, 597, 600 a 602, 604 a 609, 611 a 615, 617, 620, 621, 627, 630, 632, 633, 635 a 638, 640 a 647, 650, 651, 655, 658, 706 a 710, 712, 713, 715, 722, 724, 728, 729, 731 a 734, 736, 737, 739, 741, 742, 751 a 755, 757, 762, 763, 765 a 767, 772 a 867, 958 a 960, 966 a 968, 998 a 1.009, 1.011 a 1.021, 1.051, 1.052, 1.075 a 1.085, 1.089, 1.091 a 1.130, 1.133 a 1.145, 1.147 a 1.179, 1.182 a 1.213, 1.244 a 1.399, 1.434, 1.437, 1.441 a 1.443, 1.445 a 1.449, 1.451 a 1.482, 1.487, 1.488, 1.505, 1.508 a 1.544, 1.566 a 1.569, 1.571, 1.572, 1.575, 1.576, 1.577, 1.631 a 1.684, 1.686 a 1.697, 1.730, 1.732, 1.748, 1.762 a 1.768, 1.837, 1.839 a 1.857, 1.862 a 1.864, 1.866 a 1.890, 1.892 a 1.903, 1.907 a 1.926, 1.928 a 1.936, 1.938 a 1.956, 1.958, 1.959, 1.961 a 1.973, 1.977 a 1.981, 1.994 a 2.004, 2.088, 2.098, 2.151, 2.169, 2.229 a 2.298, 2.323, 2.354 a 2.383, 2.459, 2.493, 2.518 a 2.523, 2.530 a 2.533, 2.536 a 2.538, 2.540 a 2.542, 2.547, 2.551, 2.555, 2.557, 2.559, 2.560, 2.562, 2.571, 2.572, 2.648 a 2.675, 2.757 a 2.769, 2.772 a 2.778. A Emenda nº 133 foi retirada pelo autor. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, a Deputada Elbe Brandão.

A Deputada Elbe Brandão*- Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros, em nome do PSDB, parabenzamos a Comissão de Fiscalização Financeira, que chegou à exaustão na busca do entendimento para melhor atender à população, no ano de 2002, com um orçamento justo.

Digo aos professores, aos serviços designados do Estado que o Presidente desta Assembléia, Deputado Antônio Júlio, levou ao Governador Itamar Franco reivindicação, assinada por grande parte dos Líderes desta Casa, deixando de ser signatário somente o Deputado Adelmo Carneiro Leão, Líder do PT. Não vejo justificativa para que o PT não defenda os direitos dos trabalhadores que tanto fazem por nosso Estado. Temos a certeza de que o Presidente desta Casa conduzirá o assunto da melhor forma possível para fazer justiça aos servidores. Talvez esta seja minha última participação este ano, nesta Casa, e aqui deixo minha tranquilidade seguindo o pensamento de Darci Ribeiro, que dizia que, na vida, colecionou mais derrotas que vitórias. Mas, mesmo nas derrotas, sentia-se vitorioso por não estar do lado dos que o venceram. Agradeço ao grande homem público e advogado Dr. Genival Tourinho pelas orientações e pelos conselhos que me deu. O Secretário Murílio Hingel publicou, ontem, de forma que diria sorrateira, o Decreto nº 153, dizendo que a designação para o ano de 2002 seguirá lista publicada, hoje, por ele, para aqueles que foram aprovados e classificados no concurso. Esclarecemos que o concurso ainda não foi concluído pois falta a realização de mais uma etapa, na próxima semana. Não entendo o porquê de atitude tão apressada, impedindo a realização do diálogo, prejudicando o entendimento, contrária aos interesses dos funcionários públicos designados.

Com absoluta certeza, cada parlamentar desta Casa conhece uma professora, uma servçal. Talvez alguma tenha servido cada um de nós em nossas escolas. Penso que 2002 será emplacado como um ano diferente. Deixo, Sr. Presidente, um peso maior do que V. Exa. poderá assumir e carregar. Mas aqui, neste exército da luta democrática, onde cada um de nós é um soldado, V. Exa. é o general. Querendo ou não, terá de chamar para si a solução desse problema. Espero que, no momento oportuno, V. Exa. passe, pela TV Assembléia, como foi sua conversa com o Governador Itamar Franco. Qual é o sentimento do Governador? Seria de demissão em massa, de deixar que pessoas que trabalharam 20 anos sejam colocadas no olho da rua, sem direito a nada. Espero que, como dirigente máximo do Executivo, não leve consigo, na sua vida pública, este momento que estamos vivendo aqui hoje, que já está causando, na vida de muitas pessoas, a insegurança, a indignidade e o desespero. Que possa, independentemente de estar como Governador, se portar como homem no exercício da prática da justiça social.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos aproveitar este espaço de discussão do orçamento, que deveria ser uma reunião festiva, a reunião mais importante do ano realizada pelo Poder Legislativo, para fazer algumas considerações. O parlamento inglês faz festa no dia da aprovação do orçamento. Infelizmente, nas culturas brasileira e mineira, o orçamento é votado sem muito entusiasmo, empenho, sem muita alegria, não somente por questão de cultura, mas porque não anima ninguém. Não anima porque os números são fictícios. Imaginem que este Governo está dizendo no orçamento que a economia mineira cresceu mais de 30% este ano e, para o ano que vem, a previsão é de arrecadar R\$4.000.000.000,00 a mais. Isso não convence nem o menos atento cidadão mineiro.

Em segundo lugar, o orçamento para nós é apenas uma carta de intenções que precisa ser modificada. O Governo apresenta uma proposta dizendo que tem a intenção de realizar tal orçamento. O parlamento finge que acredita e o aprova; o Governo finge que o executa, o povo finge que acredita que aquilo será realizado, e nós, ano a ano, vamos repetindo essa cerimônia de faz-de-conta.

Mostrarei agora um governo que não tem responsabilidade em governar, que não está preocupado com o bem da sociedade mineira, mas interessado em usar de artifícios para enganar o povo e fazer festa com o dinheiro dos outros.

Esta Assembléia recentemente votou o novo Micro Geraes, que veio resgatar os ganhos que as microempresas e as pequenas empresas tinham alcançado no antigo Micro Geraes, os quais perderam logo depois que o atual Governador deformou toda a lei. Agora, resgatou.

Quando a Assembléia criou o primeiro Micro Geraes, o Simples do Estado, o Governo Federal havia criado o Simples em sua esfera e criamos o Simples inteligente para o Estado. Quando o fizemos, criamos também o FUNDESE, um fundo que recebeu o apelido de GERAMINAS, cuja proposta era arrecadar dos microempresários e dos pequenos empresários e distribuir para que tivessem acesso a crédito para capital de giro, investimento, qualificação profissional, equipamentos, enfim, tudo isso.

Já denunciámos, mas agora é hora de mostrar números. Os microempresários e os pequenos empresários recolheram uma verba que não é do Estado. A lei diz que esse dinheiro é administrado pelo BDMG, mas para os microempresários e os pequenos empresários, porque aquilo não é imposto, é contribuição, portanto, não faz parte do Caixa Único do Estado.

Em 1998, primeiro ano de execução, os empresários recolheram aos cofres do BDMG R\$30.893.537,00. O GERAMINAS foi contabilizado, recebeu e anotou R\$30.893.537,00. Qual a diferença entre um e outro? Zero, ou seja, tudo o que recolheram foi para o Fundo, para as microempresas e as pequenas empresas receberem e se beneficiarem.

Em 1999, já neste Governo desastrado de Itamar Franco, os empresários recolheram R\$48.627.379,00. Desse dinheiro, quanto foi para o fundo? R\$22.996.000,00. E a diferença? O Governo meteu a mão em R\$25.631.379,00, quantia que equivale a 47,29% do que os microempresários e os pequenos empresários recolheram. Volto a dizer: esse é um dinheiro da microempresa e da pequena empresa. Não pertence ao Governador nem ao Governo. No ano 2000, os empresários pagaram R\$56.555.000,00. O GERAMINAS contabilizou apenas R\$33.147.000,00 do fundo. Qual é a diferença? R\$23.407.000,00. Qual é a percentagem? 58,61%. Vejam, senhores, em agosto: R\$40.820,00 - foram contabilizados no Fundo, R\$21.000.000,00; setembro: R\$46.025.000,00 - foi contabilizado no fundo R\$24.000.000,00; outubro: R\$51.141.000,00 foram contabilizados R\$24.000.000,00. Qual é a diferença? R\$73.000.000,00, ou seja, do total, Deputado Paulo Piau, o Governo meteu a mão em 47,6% do dinheiro que era do microempresário e do pequeno empresário. Aquele fundo que V. Exa. ajudou a criar para o desenvolvimento da microempresa e da pequena empresa já deveria ter R\$187.217.000,00. Quanto tem? R\$111.000.000,00. Qual é a diferença? R\$73.280.000,00.

Deputado Adelmo Carneiro Leão, veja que esse Governo poderia estar gerando empregos e crescimento da economia, mas retira R\$73.000.000,00, que poderiam estar sendo aplicados no desenvolvimento de microempresas e pequenas empresas. Mas, agora, olhe o que é estarrecedor: o Governo pega esse dinheiro, que é do microempresário e do pequeno empresário - porque ele não é do Estado - e publica uma notícia: "Governo lança um crédito para os pequenos". Ele pegou o dinheiro desses empresários e faz a festa com o chapéu dos outros. Foi publicado no dia 13 de dezembro: "Governo lança crédito para o pequeno. Serão beneficiados setores ligados à geração de energia na região da seca..".

Conclusão: os microempresários e os pequenos empresários, que tinham dinheiro e deveriam ter acesso a esse dinheiro, não têm. Por quê? Porque o Governo não deixou esse dinheiro ficar ali para gerar empregos, gerar crescimento. Essa é a insensibilidade que estamos começando a mostrar.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) *- Deputado Miguel Martini, tenho a oportunidade de vê-lo diariamente pela televisão, sempre com essa tranquilidade, levando a mensagem de Deus para todo o povo mineiro, com muita propriedade. Ficamos muito felizes em participar do trabalho parlamentar ao seu lado. O senhor está fazendo uma explanação muito bonita e criteriosa, demonstrando grande conhecimento em relação aos fundos.

Essa é uma pergunta de quem não domina bem a área. Tem conhecimento dos recursos desse fundo destinados à geração de riqueza e ao incremento de indústrias no Estado, no Governo do PSDB? Como foi a aplicação desses recursos nesse Governo? Gostaríamos de saber se realmente foram direcionados para o fundo ou para o caixa único, apenas para ilustrar sua belíssima explanação.

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. passou a prestar atenção à minha fala um pouco depois de iniciada. Apenas em um ano do Governo anterior, 1998, os R\$30.000.000,00 recolhidos foram destinados ao fundo integralmente. Aliás, esse foi o único ano em que isso aconteceu, porque, nos outros anos, uma média de 50% desses recursos foram desviadas para outros fins.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) *- E no Governo do PSDB?

O Deputado Miguel Martini - Isso foi criado no Governo Eduardo Azeredo. A lei foi criada em 1997.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Parece-me que, antigamente, havia outra denominação, mas com o mesmo objetivo de incrementar,

estimular e apoiar as indústrias mineiras. Era o FUNDESE.

O Deputado Miguel Martini - O Fundo era o FUNDESE, mas seu nome fantasia era o GERAMINAS.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte)* - Esse debate é muito importante. Naquela época, houve a CPI dos Fundos, e foram identificadas algumas irregularidades em alguns deles. Faz muito tempo, e não conseguimos nos lembrar, precisamente, dos números da época.

O Deputado Miguel Martini - Se os números estivessem errados, estaríamos denunciando da mesma forma.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) *- Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - O grande problema é esse: 1998 foi o único ano em que o que foi arrecadado foi integralmente computado no FUNDESE. A execução orçamentária do Governo de 2000 demonstrou claramente uma administração que não tem preocupação com o povo mineiro, principalmente com suas áreas mais carentes. Alguns exemplos.

Em todo o País e em todo o mundo, estamos vivendo o grave problema do meio ambiente, e essa área e a do desenvolvimento sustentável merecem atenção especial. Assim, espera-se que os governantes sejam sensíveis ao tema. De acordo com o orçamento de 2000, tinha-se programado aplicar R\$83.507.000,00 na Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, mas apenas R\$42.905.000,00 foram executados. Isso significa diferença de 51,36%, ou seja, um Governo que sabe da gravidade do problema do meio ambiente, além de abrir mão da doação de DM\$16.000.000,00 a fundo perdido, cortou 50% do que estava previsto para a Secretaria de Meio Ambiente.

Secretaria da Habitação - programado: 23 milhões e 19; executado: 14 milhões; déficit: 61.36. Enquanto o Garotinho, no Rio, entrega 100 mil unidades habitacionais, o daqui cortou 61% do que estava previsto para a habitação. Estou destacando alguns pontos para mostrar a insensibilidade social desse Governo. Com relação à ciência e tecnologia, que é uma área estratégica, porque, se querem promover o desenvolvimento e atrair indústrias e capitais internacionais e nacionais, é fundamental investir nesse setor, pois trata-se da capacitação do povo. É claro que um empresário escolherá uma região em que haja um desenvolvimento tecnológico mais avançado, uma capacitação e uma preocupação com esse setor, ou seja, uma preocupação com a pesquisa e com a ampliação do conhecimento, do preparo técnico e da capacitação técnica profissional. Estavam previstos 142 milhões. Deputado João Leite, ele cortou, simplesmente, 69,5%. Deputada Maria José Hauelsen, professora, ele conseguiu manter apenas 30%. Na área de transporte, obras públicas e saneamento, com essas estradas horríveis, tínhamos previsto 1 bilhão e 3 milhões, mas apenas 768 foram executados. Houve uma redução de aproximadamente 30%. Na área de geração de minas e energia, houve um corte de 16%. E ainda faz propaganda dizendo que construiu tais e tais usinas. Na área da saúde, que é mais grave, estavam previstos 996. Um Estado que não consegue minimamente atender às condições de saúde da população corta 161 milhões, sendo que o Estado já está debilitado nessa área. Na agropecuária foram orçados 277 milhões, o corte foi drástico, quase 50%. Apenas 155 milhões. Em um Estado como Minas Gerais, não se investiu na área da agricultura. Fornecerei alguns dados. Transporte: a redução foi de 23%. Minas e Energia: 15%. Saúde: 16%. Agropecuária: 43%. Indústria e Comércio: redução de 17%. Ciência e Tecnologia: 30,5%. Meio Ambiente: 48%. Habitação: 38%. E assim por diante.

Ao discutirmos esse orçamento, é importante que avaliemos o passado. Com isso, posso ficar um pouco mais satisfeito por participar da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária que acabou de discutir e dar o parecer sobre esse orçamento. Parece-me que o Presidente desta Casa assumiu o compromisso de utilizar a estrutura já existente na Casa para fazer um acompanhamento das políticas públicas dos Governos, para que, mensalmente, os Líderes de todos os partidos disponibilizem as informações da execução orçamentária do mês anterior.

Quando fui Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, criamos - e existe ainda hoje - o boletim da execução orçamentária. Mas essa execução é apenas aquilo que recebe o Executivo, e passa e repassa para a sociedade. Já foi um avanço. Só que, agora, poderemos fazer essa análise. Por exemplo, já perdemos tempo, esse dinheiro desviado do FUNDESE poderia, pela pressão política e exigência do Poder Legislativo, ter retornado ao lugar de onde nunca deveria ter saído, beneficiando a grande massa, um grande número de pequenos empresários e microempresários, que estariam, sem dúvida, gerando empregos e desenvolvimento em Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa poderia verificar que um Estado doente em sua saúde não pode se dar ao luxo de cortar R\$161.000.000,00 do orçamento destinado à saúde. Deveria ter cortado da comunicação social, da Casa Civil, dos passeios e vôos do Governador, das viagens, mas nunca de áreas estratégicas, como saúde, educação, habitação, ciência e tecnologia, saneamento básico, transporte e obras públicas. Não poderia ter cometido esse crime de desviar os recursos do FUNDESE e do GERAMINAS.

Esse Governo, que diz não ter dinheiro para saúde, habitação, saneamento, nesse orçamento, destinou R\$24.000.000,00 às propagandas enganosas da comunicação social. Retiramos R\$19.000.000,00 desse total. Consideramos que R\$5.000.000,00 ou R\$4.000.000,00 e pouco são mais do que suficientes. Se o Governo não tem o que mostrar, para que gastar dinheiro com publicidade?

Infelizmente, fomos derrotados na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, razão pela qual tivemos que destacar em Plenário para tentar mudar a posição e finalmente aprovar essas emendas. Acharmos que o Poder Legislativo tem melhorado na discussão do orçamento público.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) *- Nobre Deputado Miguel Martini, V. Exa. está falando com mais firmeza. Deve ser o espírito natalino iluminando o seu pronunciamento. Mas V. Exa. falou que a Assembléia Legislativa poderia e deveria ter exigido do Governador que destinasse esses recursos ao Fundo para estimular a industrialização.

Esse posicionamento correto de V. Exa. também poderia ter sido adotado no Governo do PSDB, em que V. Exa. tinha militância muito grande, uma desenvoltura formidável. Não só o fundo das indústrias, mas outros foram questionados por esta Assembléia Legislativa, pelos parlamentares, o que culminou na implantação da CPI dos Fundos. V. Exa., como parlamentar coerente, deve ter sempre o mesmo posicionamento. V. Exa. poderia ter exigido que todos os fundos tivessem o seu objetivo alcançado e respeitado.

O Deputado Miguel Martini - Da mesma forma que V. Exa., que fazia parte desse Governo, que era um suporte desse Governo e que deve estar com muita saudade do Governo anterior, porque era feliz e não sabia.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) *- Deputado Miguel Martini, V. Exa. fala em gastos promocionais com publicidade. Todos sabemos da quantia expressiva que o Governo do PSDB destinou a essa área. Ou V. Exa. não se lembra?

O Deputado Miguel Martini - Deputado Dinis Pinheiro, tinha tanta obra para mostrar que a publicidade era insignificante diante delas. O que contestamos é que esse gasto é para maquiagem, para inventar, para falsificar números e enganar a sociedade. Mas, de qualquer forma, V. Exa., que fazia parte daquele Governo e continua fazendo, sabe que enquanto fomos Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária cumprimos com o nosso dever, muitas vezes contrariando aquele Governo, que era democrático, diferentemente desse, que não tem nada de democracia. De fato, o Poder Legislativo deveria ter uma estrutura melhor para o acompanhamento das políticas públicas.

E alegro-me por ter sugerido o que foi acolhido pelo Presidente anterior, a criação de uma estrutura, no Poder Legislativo, a fim de dar subsídio aos Deputados para fazerem esse acompanhamento. Mais do que isso, fizemos e aprovamos a Lei do SIAFI-Cidadão, que obriga o Executivo a traduzir, em linguagem compreensiva, toda a execução orçamentária.

Tenho a certeza de que o Presidente desta Casa, junto com seus Líderes, exigirão que esse Governo, que gosta de esconder os números, disponibilize-os pela Internet, o que já é lei, que está sendo descumprida. O cidadão tem o direito constitucional de acompanhar receitas e despesas. Somente quando houver controle social, conseguiremos evitar que grande parte desses recursos seja desviada.

O Poder tem avançado, mas espero que avance ainda mais. No que diz respeito à suplementação, estamos concedendo 2%, enquanto o Governo queria 10%. Foi um avanço, mas a emenda de minha autoria diz que deveria ser apenas 10% sobre cada crédito orçamentário aprovado, o que daria à Assembléia Legislativa um controle maior da execução orçamentária.

Não queremos continuar este discurso e encerramos dizendo que esse Governo fará de conta que terá uma receita de R\$2.657.627.079,00, que jamais será executada. Todos sabemos que não existirá. O orçamento ainda é uma simples carta de intenção. Cabe ao Poder Legislativo aprimorar esse processo, obrigando o SIAFI-Cidadão a ser cumprido e mudando a fórmula de dar suplementação automática. Jamais pode ser sobre o total, mas sobre cada crédito aprovado. O Poder Legislativo aprimorará a estrutura para acompanharmos as políticas públicas. Dessa maneira, teremos condições de dizer ao cidadão qual é a verdade de cada governo, qual é a sensibilidade de cada governo, qual é o interesse público de cada governo. Atualmente, a cada final de ano, a cada final de governo, uma grande quantidade de informações bem preparadas pelas empresas de publicidade, os quais não correspondem à verdade, são divulgadas, mas não resistem a uma avaliação maior sobre a veracidade das informações prestadas.

Fizemos 29 destaques, alguns dos quais esperamos mudar. Obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia *- Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputada Maria José Hauelsen, estamos discutindo, neste momento, o orçamento do Estado para o ano de 2002, a peça orçamentária, que é exatamente o Projeto de Lei nº 1.796, para execução no ano que vem. Talvez uma das discussões mais sérias que realizamos a cada ano seja exatamente a peça do orçamento que será aplicado financeiramente no exercício do próximo ano.

Mas fazemos isso num momento em que é necessário fazer avaliação da conjuntura econômica global do País, que, certamente, vai influenciar o mercado mineiro. Durante o processo de discussão dessa peça orçamentária, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de que faço parte, presidida pelo Deputado Mauro Lobo, realizou várias audiências públicas.

Gostaria de parabenizar o Deputado Mauro Lobo pela condução do processo de discussão desse orçamento, primeiro porque foi feita de forma democrática, com exaustão de discussões. O Deputado procurou escutar o conjunto dos membros da Comissão, mas também o conjunto dos Deputados desta Casa, que, na sua totalidade, apresentaram emendas a esse orçamento.

Mas, conduzindo democraticamente a questão, o Deputado Mauro Lobo fez realizar, com a presença de diversos Deputados da Comissão e outros, uma audiência pública de que participou o Secretário do Planejamento Dr. Frederico. A primeira análise que o Dr. Frederico fez acerca do orçamento do Estado considerou a situação econômica do País. Na época, fiz questão de mostrar as divergências e diferenças que tinha com o pensamento e com a análise global que fazia da questão econômica no País. Traçou um quadro otimista, em que o Brasil continuaria numa rota de crescimento econômico no ano que vem, e, nesse crescimento econômico, o esteio do orçamento mineiro também cresceria, e teríamos, portanto, um investimento maior, uma receita maior arrecadada pelo Estado, fruto de um posicionamento favorável do País na conjuntura internacional.

Mais do que isso, fiz uma análise otimista da conjuntura internacional, como se o projeto posto no mundo - na minha opinião, conservador -, o chamado projeto neoliberal, da globalização econômica, teria fôlego para o próximo ano, 2002, possibilitando um crescimento econômico mundial, e, portanto, brasileiro, e, como consequência, do orçamento de Minas Gerais.

Essa foi, grosso modo, a análise feita pelo Secretário do Planejamento, análise esta em que o próprio Governo do Estado, em especial o Governador Itamar Franco, não acredita muito e sobre a qual tem feito críticas, no meu entender, corretas, alardeando o momento de crise econômica que o País vive.

Estou mais de acordo com essa análise que tem sido repetida pelo Governador do que com a do seu Secretário do Planejamento. Mas já ressalto a contradição de o Governador ter um discurso e seu Secretário outro. Aliás, essa é a tônica desse Governo: há um discurso opositor em relação ao Governo Fernando Henrique, mas isso não se concretiza em propostas, não se efetiva na sua administração, que acaba tendo, em Minas Gerais, um conteúdo conservador.

Essa polêmica deixaremos para depois. Faço, primeiro, uma análise da questão econômica em nível mundial, que vai afetar o nosso orçamento.

Portanto, faço a análise do orçamento de Minas à luz da economia internacional, e não poderia ser feito de outra forma num país que segue o processo globalizante e o projeto de globalização econômica.

A análise que faço é até contrária a isso. O projeto neoliberal e de globalização econômica está hoje em crise no mundo. Seu período de ascensão econômica e de crescimento ininterrupto ocorreu nas duas últimas décadas, e talvez o exemplo crucial disso seja o próprio desenvolvimento do país central do capitalismo, os Estados Unidos da América. Nesses 20 anos anteriores aos 2 últimos, os Estados Unidos viveram um momento quase que de pleno emprego. Em vez da recessão, o crescimento econômico. Foi, portanto, um período de pujança. Essa é a verdade de duas décadas desse projeto de globalização econômica.

Mas, de dois anos para cá, esse processo globalizante começa a entrar em uma crise profunda, inclusive no país central do capitalismo, os Estados Unidos. A recessão começa a fazer parte do cenário norte-americano, sem sombra de dúvida. O desemprego começa a aparecer no país mais rico do mundo. A crise econômica, que parecia jamais existir nesse projeto neoliberal, aparece, como sempre surge periodicamente no capitalismo. Essa é a verdade nua e crua sobre uma crise que o projeto de globalização mundial começa a apresentar. Esse é o novo período econômico que vivemos.

Que influência tem isso na discussão do orçamento? Toda, e procurarei demonstrar isso aos colegas Deputados, aos telespectadores da TV Assembléia e àqueles que nos visitam. Na verdade, a crise econômica está posta no projeto neoliberal, e agora não apenas nos países periféricos, mas no centro do capitalismo, seja nos Estados Unidos, na Inglaterra, na França, na Alemanha e no Japão. E este último sofre uma crise profunda, que já dura cinco anos, talvez a maior recessão econômica que o Japão já teve nestes últimos períodos. Essa crise se torna agora mundial.

A crise tem, nos países dependentes do capitalismo e do imperialismo norte-americano, um fator que nos traz perplexidade e medo. Já tivemos a crise mexicana, a asiática, e o exemplo mais recente da crise nos países periféricos, entre outras que houve nesse período, é o da Argentina.

Aliás, o Deputado Marco Régis me deu a notícia de que o Presidente De La Rúa é demissionário, já não é o Presidente da Argentina. Caiu pela força de um movimento popular, é bom que se diga. Caiu por uma revolta popular na Argentina, e, apesar do estado de sítio e do exército nas ruas, o quebra-quebra durou o dia inteiro, resultado da ação de uma população empobrecida, desempregada e enfurecida, com justa razão. Tudo isso é fruto de um projeto econômico que o país fez questão de que fosse atrelado ao capital financeiro internacional. Tudo se faz para não perder os investidores internacionais. O capitalismo passa a ser dependente dos investidores. O capital financeiro é tudo. O mercado é tudo, e quem lhe dita as normas é o capital financeiro, não mais quem produz, mas aqueles que especulam. Essa é a regra imposta pelo chamado projeto de globalização, ao qual a Argentina foi fiel. O país se atrelou e ficou completamente dependente desse projeto econômico.

Fernando de La Rúa, que foi eleito como Presidente de oposição, abandonou o discurso oposicionista e se agarrou aos tentáculos do Fundo Monetário Internacional, como se isso fosse a salvação da Argentina. E a crise levou de roldão o Presidente De La Rúa, como levará de roldão o sistema dependente do imperialismo norte-americano, que é o capitalismo argentino.

O que isso tem que ver com o Brasil? Tudo, embora o Presidente FHC já tenha se apressado em dizer agora na televisão que a crise argentina nada tem que ver com o modelo econômico brasileiro. Não vivemos esse risco, não temos esse risco, não existe crise social, não existe crise política nem econômica, no Brasil. Não é verdade, Presidente FHC. A crise econômica já está anunciada. A crise econômica brasileira já existe e virá com muita força. E só não tem a força da crise argentina porque o projeto neoliberal se instalou no Brasil tardiamente. Instalou-se depois que o projeto já se havia instalado na Argentina. Mas o Ministro Cavallo, que agora caiu, fez um plano idêntico ao Plano Real, tendo o Presidente Fernando Henrique e o ex-Presidente Itamar Franco apenas imitado o plano econômico posto pela Argentina, que era nada mais, nada menos do que o modelo ditado pelo Fundo Monetário Internacional. A Argentina, portanto, entra em crise antes do Brasil. Mas a mesma crise se anuncia no Brasil, se o modelo econômico brasileiro de dependência do imperialismo norte-americano persistir. Faça este gancho para dizer que não dá para acreditar no que a peça orçamentária anuncia para o ano de 2002, prevendo um crescimento econômico de grande monta. O orçamento enviado pelo Governador Itamar Franco nos demonstra um otimismo completamente irreal, quando teríamos um crescimento, só de investimentos, na faixa de R\$1.300.000.000,00. Destaco que isso é completamente irreal, porque os investimentos feitos em 1999 foram da ordem de R\$456.000.000 e, em 2000, um pouco menos de R\$400.000.000,00. Não é possível pensar que, no ano de 2002, tenhamos um crescimento de mais de 300% de investimentos. Portanto, diria que esse é um orçamento eleitoreiro, um orçamento feito na tentativa de enganar um Prefeito desavisado, se é que existe, ou iludir o povo com futuras obras que não existirão no último ano de Governo. Tudo isso numa fantasia de que nossa receita, nossa arrecadação, seria tão grande, que poderíamos aumentar o nível de investimento em mais 300%, o que não foi feito nos dois últimos anos. Esse orçamento é fantasioso, e chamo a atenção dos Deputados que fazem parte da comissão, Deputados Mauro Lobo, Rêmolo Aloise, Luiz Fernando Faria, entre outros que aqui se encontram, que havia uma crença do Secretário de Planejamento de que teríamos um grande crescimento mundial. Ele acredita piamente que o capitalismo terá um crescimento tal, que o neoliberalismo é de tal pujança, que o projeto globalizante não vive um momento de crise, que isso nos colocará na condição de crescimento também nas receitas de Minas Gerais. Isso é um erro. A crise argentina tem de nos servir de exemplo para que o Brasil não venha a sofrer as mesmas consequências. O que ocorre na Argentina é muito triste, mas é a expressão de uma crise econômica que leva a uma crise social profunda. A crise social, devido à crise econômica, é tão profunda na Argentina, que, evidentemente, também ocorrerá no Brasil. A crise econômica no Brasil, já de grandes proporções, traz consigo uma grave crise social, diferentemente do que disse o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Existe uma Belo Horizonte de desempregados dentro da grande São Paulo. Imaginem o que é esse caldeirão de miséria que ferve nos grandes centros metropolitanos do País.

O desemprego na região metropolitana é enorme, já não é característica apenas dos municípios pequenos e médios. O desemprego já é uma característica de todos os pequenos municípios e distritos do Brasil afora. Nós, Deputados, sabemos disso nas andanças que fazemos pelo interior do Estado de Minas. A crise social é profunda. A miséria aumenta. Tanto aumenta a miséria, quanto aumenta a violência. Como relator da CPI do Narcotráfico, tenho um dado assustador: 20 mil pessoas em Belo Horizonte vivem do dinheiro do tráfico de drogas. São chamadas de pequenos aviões, mulas, que carregam drogas nos morros para a sobrevivência própria da família. É muita gente mexendo com algo ilegal, que aumenta a violência e que demonstra que o grau de miséria é profundo em nosso País. Isso vai fazer com esse caldeirão acabe fervendo, que a revolta popular seja como a que vemos agora na Argentina. Para que isso não ocorra, é necessária uma imediata mudança de rumo. Felizmente, o Brasil terá eleições no ano que vem. Vamos ter mudança de rumo no Governo Federal. Caso contrário, a crise política poderá vir como consequência, como ocorreu agora na Argentina, ou seja, crise econômica acoplada a crise social. Se a crise política vier, é claro que o Brasil também irá ferver. Ainda bem que temos a condição de ter uma saída política antes que a crise estoure, que é exatamente o processo eleitoral. Ainda bem que temos as eleições no ano que vem. Esperamos que o povo brasileiro faça essa mudança tão necessária.

O Deputado João Paulo (em aparte)*- Nobre Deputado Rogério Correia, estou atento ao pronunciamento de V. Exa., quando traz à tribuna um assunto que se tem constituído no meu "hobby" predileto, há muitos anos, que é exatamente estabelecer comparações entre as economias do mundo inteiro. Eu, que viajei muito, morei na Europa, trabalhei para o governo espanhol, sempre fui um crítico do intervencionismo, do imperialismo do governo americano no mundo. Por isso, talvez possa concluir, numa linha de convergência com V. Exa., que a Argentina acaba de ser arrastada à falência pelas mãos do FMI. Esse mesmo caminho poderia trilhar o Brasil, não fosse a pujança da nossa economia. No Brasil, existe uma frase célebre. Dizem que muitos tentam destruí-lo durante o dia, mas ele se recompõe durante a noite, porque é um país muito rico, tem um parque industrial muito poderoso. Seguramente, apesar de todos os percalços que sempre vivenciamos, o País não poderá ser levado à falência, como a Argentina. Mas, de certa forma, é uma lição dura para a Argentina. Ela deverá ser analisada, porque o povo argentino vive, aqui na América do Sul, como autêntico povo europeu. O argentino se coloca como europeu e se vê dessa forma. Ele nos discrimina, nos olha de cima para baixo, a ponto de estabelecer entre nós um grande problema em relação ao Chile. Nas oportunidades em que estivemos no Chile, pudemos ver que, quando o povo chileno fala na Argentina, o faz com uma mágoa muito grande. Eles cunharam a seguinte frase: o único problema que existe entre o Chile e o Brasil é exatamente a Argentina. Ela é um problema para a América do Sul. Acho que o MERCOSUL é um foro totalmente infeliz. A Argentina e o Brasil existem há 500 anos, mas agora, há 10 anos, cismaram de constituir um foro chamado MERCOSUL, exatamente para se contrapor às determinações dos Estados Unidos, mas acabaram dando-se mal. Esse MERCOSUL, infelizmente, apesar da complementaridade que tem a economia da Argentina em relação à economia brasileira, não precisava ser constituído para ameaçar ninguém.

O comércio sempre existiu. Para que transformar isso em MERCOSUL? Foi medida infeliz que não vingou e não vai vingar, porque a Argentina, com o MERCOSUL, quer tirar proveito do Brasil eternamente. Eles plantam o trigo, e compramos caro deles. É melhor o Brasil optar por plantar o trigo aqui, pois temos condições para isso.

Depois da Segunda Guerra Mundial, os países que a venceram constituíram o FMI para estabelecer certa equalização da economia no mundo, eliminando as grandes distorções, os grandes desencontros sociais, principalmente os causados pela guerra. Mas ele acabou fazendo exatamente o contrário. Ao longo da história, o FMI se mostrou como a guarda pretoriana, o cão de guarda, o leão-de-chácara dos países mais avançados do mundo, submetendo e escravizando os países do Terceiro Mundo, a ponto de o "boom" de prosperidade em países como os Estados Unidos ser feito à custa da drenagem de recursos de países do Terceiro Mundo, como o Brasil.

A par disso, é possível aos Estados Unidos investir em Israel. Neste ano, o orçamento dos Estados Unidos destina US\$3.000.000.000,00 para Israel a fundo perdido. Destina US\$500.000.000,00 para o Egito para questões de ordem bélica e militar, para enfrentar o mundo árabe, intervir nas regiões de tensão, evitando que o imperialismo seja comprometido.

Ocorreu o episódio das duas torres, quando o capitalismo foi atingido em sua simbologia, em seu orgulho maior. Achava que os Estados Unidos já houvessem desistido do projeto ALCA, mas recebi aqui, nesta Casa, há alguns dias, para minha surpresa, um cônsul político dos Estados

Unidos que me disse com todas as letras que, em primeiro lugar, estava muito preocupado com a sucessão no Brasil, de dar Lula ou Itamar. E também que os Estados Unidos ainda estavam empenhados no Projeto ALCA. Para mim, isso é surpresa.

Acho que, nessa segunda proposta, estão remando de costas, porque os Estados Unidos não teriam como se privar, proteger-se do boicote, da sabotagem industrial que seria uma face muito perniciosa do terrorismo, uma vez instalada a ALCA.

V. Exa. tem toda a razão quando tributa a crise da Argentina à falta de patriotismo, seguramente é algo que também amargamos no Brasil há muito tempo. Oxalá o "efeito Orloff" não ocorra dessa vez. O contrário ocorreu: Zélia Cardoso de Mello prendeu o dinheiro da população e o povo saiu às ruas, de cara pintada, e depôs o Presidente Collor.

Lá, Domingo Cavallo, como que desconhecendo a história e o exemplo do Brasil, fez a mesma coisa recentemente, e o povo foi às ruas e acaba de depor, hoje à noite, o Presidente De La Rúa, que, aliás, deveria chamar-se De La Calle, porque "rua" em espanhol é "calle". Não sei onde encontrou esse De La Rúa. Segundo o Casseta e Planeta é o "Fernando no olho da rua". Acaba de ocorrer uma lição amarga para esse país vizinho, torcemos por que aproveite essa dura lição, de forma a consertar sua economia.

Não percebo que o "efeito Orloff" possa ocorrer. Isso jamais respingará no Brasil, por causa daquilo que V. Exa. acabou de informar: o ano próximo é eleitoral, e o mundo capitalista não quer que ocorra no Brasil o que acaba de ocorrer na Argentina, porque daria Lula com muito maior facilidade.

Certamente, vai haver redução no preço dos combustíveis, daqui a alguns dias. Já dizia, de brincadeira, que o "efeito Orloff" funcionaria desta maneira: caiu Fernando de La Rúa na Argentina, vai cair o preço do combustível no Brasil. Nesse sentido, sim, o "efeito Orloff" pode ocorrer, porque o mundo imperialista e capitalista não deixará que o Brasil, em um ano de eleição, experimente um episódio dessa natureza. Devemos, então, preparar-nos para enfrentar o capitalismo, a dominação internacional, de maneira mais vigorosa, porque influenciarão, nas próximas eleições, de modo generoso, permitindo que o Presidente da República comece a fazer cortesias que, depois, nos serão cobradas. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia *- Muito obrigado, Deputado João Paulo. Oxalá caia Fernando Henrique Cardoso; se não pelo movimento das ruas, como ocorreu com de La Rúa, na Argentina, que seja pelas eleições, pois, de qualquer forma, essa queda é necessária. Concordo com o Deputado João Paulo.

O Deputado Marco Régis (em aparte) - Agradeço-lhe e o parabênz, Deputado Rogério Correia, pelos quase 30 minutos que falou, de maneira serena e lúcida, V. Exa. nos deu uma brilhante aula. Lamento que parcela tão pequena do Plenário tenha tido a oportunidade de ouvir essa exposição belíssima. Aliás, V. Exa. tem demonstrado o mesmo brilhantismo de seus tempos de Vereador, em Belo Horizonte.

Gostaria de comentar que, quando V. Exa. faz essa ampla pintura de quadro global, para falar do orçamento do Estado, no qual V. Exa. detectou um fantasioso crescimento de investimentos, dá-nos dimensão importante do assunto. Alguns podem querer criticá-lo por estar falando em um mundo globalizado não momento em que se discute o orçamento de Minas Gerais, mas estão equivocados, porque estamos em um mundo global e temos que viver a instantaneidade do momento em todos os pontos do planeta. Portanto, a confecção do orçamento de Minas Gerais, um Estado federado do Brasil, nada mais é que aplicação de recursos em um mundo globalizado.

Todos conhecem minhas opiniões e aparteio V. Exa. para prestar-lhe homenagem por tudo que disse. Acrescento ainda algumas considerações às palavras do Deputado João Paulo sobre a Argentina e faço um reparo a alguns colegas que quiseram insinuar que De La Rúa é o PT da Argentina. Quero refutar essa afirmação, porque acompanho política continental desde criança e afirmo que De La Rúa não tem nada de PT, é da União Cívica Radical, do partido do Sr. Alfonsín, que se coligou a uma frente de esquerda, tendo a parte realmente de esquerda saído desse Governo entreguista e traidor do povo. Na verdade, Cavallo se candidatou à Presidência da República e foi o terceiro colocado nas eleições. Agora, o Presidente mais medíocre da história da Argentina, Fernando de La Rúa, foi buscar ajuda no terceiro colocado, um ex-Ministro de um dos piores Governos desse País, o Governo de um traidor chamado Menem, que fez o confisco à semelhança do que fez Collor no Brasil.

Na verdade, assistimos, no Governo Menem, àquilo que conseguimos evitar com a luta da Assembléia Legislativa e com a firmeza que o Governador Itamar Franco demonstrou no início do seu mandato, quando se opôs à privatização de Furnas, quando falou em moratória e quando se posicionou em defesa da CEMIG e da COPASA. Temos de louvar a sua atitude e o seu posicionamento. Não me interessa se se tratava de convicção ou de um jogo político, mas despertou a população de Minas Gerais e abalou alicerces no País. Assim, conseguimos impedir que boa parte de nossas empresas vitais fossem privatizadas, senão, estaríamos caminhando como a República da Argentina, que privatizou praticamente tudo e está devendo muito, chegando a tal ponto de convulsão social. Estamos vendo o povo argentino degladiar-se nas ruas com os agentes da Geudarméria, com a Polícia Federal e com o Exército argentino, que já se posiciona nos quartéis em defesa da Constituição.

Na verdade, a minha intervenção foi para demonstrar a V. Exa. a importância que senti ao assistir à sua exposição com relação ao orçamento de Minas Gerais. Não penso que V. Exa. tenha fugido do assunto principal, que é o orçamento, ao falar da globalização. Estamos todos nesta teia globalizada. Esperamos ter um orçamento realista, que privilegie o social. Não basta trocarmos de Presidente da República no ano que vem. Procuo educar esse povo que nos assiste, porque fiquei livre de ter de apoiar o farsante candidato a Presidente da República, Ciro Gomes, ao sair do PPS.

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Esta Presidência solicita ao ilustre Deputado Marco Régis que se atenha ao tema do orçamento.

O Deputado Marco Régis (Em aparte) - O Deputado Rogério Correia não fugiu ao tema quando abordou a globalização, pois estamos inseridos nesse processo. Como dizia, fiquei livre de apoiar esse farsante, ao sair do meu antigo partido, que sempre me virava as costas, porque percebia que era um homem independente e que não seguia as suas regras. Libertei-me desse partido, porque, se elegermos cidadãos como Ciro Gomes e tantos outros, sem termos uma opção de centro-esquerda, teremos um Presidente igual ao De La Rúa, da Argentina. Não podemos nos submeter às normas da economia americana. Precisamos nos libertar e seguir uma diretriz voltada para um "basta" ao pagamento da dívida e um "sim" para a aplicação na área social; senão, haverá outra Argentina aqui.

O Deputado Rogério Correia*- Obrigado, Deputado Marco Régis. Certamente, o seu sentimento antiimperialista, que é um sentimento nacionalista, nos une muito. O assunto é amplo e mereceria, pelo menos, mais uma intervenção, mas o tempo está passando, e é necessário que votemos o orçamento ainda hoje.

Farei uma discussão mais global sobre o orçamento em Minas. Já disse que ele tem o problema de ser irreal. Não dá para acreditar em um crescimento de tal monta, não dá para acreditar que iremos simplesmente triplicar um investimento da ordem de R\$400.000.000,00 feito nos últimos anos, para R\$1.200.000.000,00. Não dá para acreditar que isso, de fato, vá ocorrer. Não vai. Pelo contrário, a crise econômica é capaz de fazer com que fiquemos mais apertados ainda nesse orçamento. Além disso, a bem da verdade, é preciso dizer que o orçamento pode

conter erros. Já fiz as críticas que tinha que fazer ao orçamento e ao Governo Itamar Franco, mas é um orçamento apertado pela dívida com União. E herdamos essa dívida do "desgoverno" Eduardo Azeredo, dívida negociada entre Eduardo Azeredo e o Presidente Fernando Henrique, não a bem do Estado, mas, pelo contrário, a bem do projeto conservador do Presidente Fernando Henrique, e sob a ordem do FMI.

Portanto, nosso orçamento se encontra apertado por essa dívida com a União, que é o próprio aperto que o Brasil teve e tem - como foi dito pelo Deputado Marco Régis -, referente à nossa dívida com o FMI, nossa dívida externa. Em Minas, temos uma dívida deixada pelo "desgovernador" Eduardo Azeredo. É uma pena que o Deputado Amílcar Martins não esteja aqui agora, mas é preciso dizer que o "desgoverno" Eduardo Azeredo foi o "desgoverno" da subserviência. Assim como Fernando Henrique é subserviente ao FMI, Eduardo Azeredo era subserviente a Fernando Henrique Cardoso e nos deixou como herança uma dívida que aperta o orçamento. Mas o fato é que a realidade do orçamento não é a que deixam transparecer.

Quero ainda fazer uma crítica à própria Assembléia Legislativa, anunciando que temos ainda quatro destaques do PT, os quais manteremos. Parece que também a Assembléia Legislativa, em sua maioria - evidentemente, em nome da Bancada do PT votei contra esse item do relatório - acredita que haverá um crescimento econômico e que a própria Assembléia poderá aumentar suas despesas. Assim, além da verba que lhe foi destinada, quer ampliar sua verba em mais R\$23.000.000,00. A verba é a mesma que lhe foi destinada no ano passado, percentualmente, mas, com a expectativa de arrecadar mais, já foi concedido mais à Assembléia Legislativa. Não contente, a Assembléia ainda quer ampliar sua verba em mais R\$23.000.000,00, e esse dinheiro não é para pagamento de pessoal nem para encargo. É porque a Assembléia vê a necessidade da realização de obras, da aquisição de imóvel e outras estrepolias que acho que não deveriam ser consideradas. Vamos explicitar nossa divergência ao fazer o destaque nessas emendas. Acho necessário derrotar essa solicitação de mais verbas para a Assembléia Legislativa, porque também é irreal. Mesmo porque tem tudo para gastar menos no ano que vem, uma vez que assumimos a crítica corajosamente, mostrando que o custeio de gabinete era alto, e houve diminuição, como haverá diminuição ainda maior no ano que vem. É o que esperamos, e já é deliberação da própria Assembléia.

Portanto, esses destaques serão mantidos pela Bancada do PT para que a Assembléia também faça sua parte na superação das dificuldades impostas ao povo brasileiro e ao povo mineiro. Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, pelo espaço que utilizei e por ter me ouvido com tanta presteza, assim como aos nobres Deputados. Espero que ainda possamos votar o orçamento esta noite. Termina por aqui, embora muitas questões ainda devessem ser levantadas. Creio que consegui passar o fundamental sobre a análise que vínhamos fazendo. O meu discurso não é pessimista. Faltava dizer isso aos nobres Deputados e aos telespectadores. Pelo contrário, sou um otimista. Mas o otimismo e os nossos sonhos têm de vir da análise concreta que fazemos da realidade. Fazendo essa análise concreta é que poderemos sonhar em mudar a realidade que nos é tão insatisfatória. E a mudança há de vir, e virá, a partir da consciência de que precisamos romper as amarras do capital internacional.

Precisamos ser um país independente da política norte-americana, independente dos ditames do FMI, um país que procura, a partir de já, estabelecer um modelo de desenvolvimento próprio. Esse é o segredo para recuperarmos a dignidade de nosso povo e para não permitir que o Brasil caia na crise argentina, que, infelizmente, é uma realidade hoje. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite *- Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria, rapidamente, de tratar uma questão do orçamento. Já estamos quase prontos para a votação dele. Quero tratar de uma parte do orçamento que, durante meus anos na Assembléia Legislativa, procurei, de alguma maneira, acompanhar, torcendo por que essa parte tão importante da administração pública pudesse ser levada com eficiência, considerando que é muito importante socialmente. Refiro-me ao esporte.

Gostaria de lamentar o percentual previsto para o esporte no orçamento, que é de R\$3.400.000,00 para os nossos 853 municípios. Sou dessa área, em que vivi por quase 20 anos, encerrando minha carreira de atleta. Depois de eleito Vereador, fui Secretário de Esportes de Belo Horizonte. Ocupei essa Pasta no Município de Belo Horizonte. Com um comportamento ético, sempre procurei acompanhar a situação do esporte em Minas, respeitando as pessoas que vêm ocupando esse cargo, que é um cargo importante. Cito, recentemente, um companheiro da Assembléia Legislativa, o Deputado Ivair Nogueira, que emprestou sua sabedoria e sua experiência à Secretaria de Esportes. Pude acompanhar a sua administração e o seu trabalho nessa Secretaria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou ligado ao esporte e tenho a minha família também ligada a ele. Minha esposa, com quem sou casado há 22 anos, jogou pela Seleção Brasileira de Vôlei por 12 anos, jogou pelo Minas Tênis Clube por 20 anos. Os meus filhos são também ligados ao esporte. Tenho uma filha que é levantadora de uma das equipes do Minas Tênis Clube; outra filha faz ginástica rítmica e alcançou o 3º lugar no último campeonato mineiro. Sempre procurei acompanhar a situação do esporte em Minas Gerais e, é claro, sempre me tenho preocupado.

Em 1999, apresentamos, nesta Casa, uma lei de financiamento para o esporte. Essa lei acompanhava as mais modernas leis do mundo de incentivo à cultura e ao esporte. Procuramos, na apresentação, chamar todos os interessados. O Deputado Ivair Nogueira era o Secretário de Esportes e compareceu, apresentou sugestões ao projeto. Chamamos as federações e clubes para participarem também. Na Assembléia, tramitou o projeto. Com grande apoio do Presidente Antônio Júlio e dos Deputados, tivemos a aprovação desse projeto que se encontra com o Governador, que tem até o dia 27 para sancionar ou vetar essa lei.

Venho acompanhando, nestes dias, as constantes críticas que o Secretário de Estado de Esportes e atual Presidente do Minas Tênis Clube, Sérgio Bruno Zech Coelho, vem fazendo ao projeto de lei que tramitou na Assembléia Legislativa.

O Presidente Antônio Júlio teve o cuidado de pedir a ele, durante a tramitação do projeto, que enviasse sua proposta. E ele encaminhou à Assembléia Legislativa um projeto que entendia ser bom para o esporte em Minas Gerais. Venho acompanhando as diversas reuniões que ele faz, e algumas pessoas têm dado informações equivocadas do projeto, tentando confundir, dizendo que o projeto visa apenas ao futebol, sendo discriminatório. Como sou alguém oriundo do futebol, é uma prática também no esporte pensar que eu legislaria apenas no futebol. Hoje, a Secretaria, que não lutou por um percentual maior em Minas Gerais, tem apenas R\$3.000.000,00. O Secretário de Esportes convocou uma reunião no Minas Tênis Clube, chamou as federações e fez o seguinte comentário sobre o projeto de lei que a Assembléia Legislativa aprovou: "O projeto é, inclusive, redundante, pois o Estado já destina verba para investimento na escola. O projeto não tem nada a ver com esporte de rendimento, onde está o nível olímpico. Quem realmente faz o esporte de competição, que são os clubes, está fora dele". E diz ainda o Presidente da Federação de Vôlei, Carlos Rios, o Carlão: "A proposta não atende aos clubes e às federações que são representantes desses, e, portanto, não atende ao esporte". O Sr. Carlão diz ainda que o projeto não atende ao esporte e que as escolas já recebem 25% da arrecadação estadual. O Sr. Carlão não entende que 25% é para a educação, não é para o esporte na escola. O Sr. Carlão e o Secretário de Esportes desconhecem que apenas 30% das nossas 3.700 escolas têm espaço esportivo. O Secretário de Estado mandou para a Assembléia Legislativa a sua proposta, que não foi de interesse para as comissões que o apreciaram. Vejam como ele trata o esporte, Deputado Adelmo Carneiro Leão. No art. 4º da sua proposta, diz "Serão beneficiadas por essa lei as seguintes áreas do mercado esportivo. Ele fala em mercado esportivo. Diz no inciso III do art. 4º: "Área de atividade de formação esportiva, devendo os atletas serem federados. Pertencentes a federações, visando ao aprimoramento técnico e à prática esportiva de alto nível". O projeto do Secretário visava atletas de alto nível. No projeto que a Assembléia aprovou, está muito claro: "Poderão ser beneficiados por essa lei projetos relativos aos seguintes segmentos esportivos: Desporto educacional, o esporte praticado nas escolas, diversos municípios poderiam ser alcançados por essa lei; desporto de participação, praticado de modo voluntário". Aqui estão incluídos projetos sociais. Os projetos para alcançar as crianças e o desporto de rendimento, organizado e praticado de modo não-profissional, compreendendo o desporto amador. Aí estão incluídas as federações.

O Presidente da Federação de Vôlei, federação que minha esposa defendeu por tantos anos e que minha filha defende hoje, não leu o projeto. Não sabe que, sancionado, o projeto atende sua federação. O Secretário de Esportes também não leu, porque não é seu projeto. Se não atende ao mercado esportivo de Minas Gerais, não interessa.

"Identificado pela liberdade de prática e pela inexistência de qualquer forma de remuneração ou de incentivos materiais para atletas de qualquer idade". Queremos alcançar o atleta em formação. Queremos alcançar nossas crianças e nossos jovens. Por isso os Deputados votaram unanimemente nesse projeto. Queremos alcançar 90% das nossas crianças e dos nossos jovens que estão na escola. O Secretário de Esportes exclui o jovem que está na escola. Sua proposta não diz respeito aos jovens que estão na escola, mas sim aos atletas de alto nível. Atletas de qual clube ele quer alcançar com o recurso público?

Gostaria também de comentar a proposta do Secretário em relação a componentes de uma comissão de avaliação dos projetos enviados para a Secretaria de Esportes. Diz ele: "Os componentes da Comissão de Avaliação de Projetos Esportivos deverão ser pessoas de comprovada idoneidade e de reconhecida notoriedade no mercado esportivo". São eles que vão compor a comissão do Secretário de Esportes para apreciar os projetos enviados para a Secretaria de Esportes, sendo um o presidente, representado pelo Secretário de Esportes, quatro membros indicados pela Secretaria de Esportes, oriundos da Secretaria da Fazenda. O Secretário de Esportes vai indicar os representantes da Secretaria da Fazenda, da Secretaria da Educação, da Secretaria do Trabalho da Assistência, da Criança e do Adolescente e da Secretaria da Saúde; e mais seis membros eleitos pelas entidades esportivas do Estado. Mais à frente, em sua proposta, inclui mais três representantes da Secretaria. Ele decide, juntamente com aqueles com comprovação junto ao mercado esportivo de Minas Gerais. A quem atende a proposta do Secretário de Esportes? Além da confusão da Secretaria de Esportes, em sua proposta, o Secretário cria um Fundo Estadual de Esportes. Desconhece o Secretário que, para criar um fundo, é necessário lei específica.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Agradeço o aparte de V. Exa. e manifesto minha alegria por V. Exa. trazer um assunto tão importante, que tem tudo a ver com nosso orçamento. Muitas pessoas falam de gasto com esporte nas escolas. Na verdade, o investimento é muito pequeno. Nós, que percorremos as escolas públicas do Estado, percebemos o quanto é precária a infra-estrutura destinada ao esporte. Haveremos, um dia, de discutir um orçamento que privilegie nossas escolas, para que nossas crianças, nossos jovens e adolescentes tenham a oportunidade de entrar em um circuito de competição entre as escolas, para daí - quem sabe? - surgirem os atletas do futuro.

Recebemos uma informação, Deputado João Leite, há 2 semanas, mas não tivemos tempo, nesse final de ano, de conferi-la: existe um projeto que prevê, para toda escola com mais de 500 alunos, recursos do Governo Federal para a instalação de uma quadra esportiva ou a cobertura de quadra já existente. O Estado não está recebendo nenhum recurso nessa direção, e a informação que recebemos - deveríamos tê-la checado, não tivemos tempo, mas vamos fazê-lo no início do próximo ano - é que a Secretaria da Educação não aceita que esse recurso venha pela Caixa Econômica Federal; quer que o recurso chegue via caixa escolar. Portanto, um empecilho entre a Secretaria da Educação e a Secretaria dos Esportes está inviabilizando a implantação de um projeto dessa magnitude em Minas Gerais.

Quero trazer essa questão não na forma de denúncia, mas de alerta. A Secretaria dos Esportes deve verificar se isso, de fato, está acontecendo, assim como a Secretaria da Educação deve apurar se, na verdade, está perdendo recursos do Governo Federal para implantar essa infra-estrutura importante nas escolas estaduais.

Deixo esse alerta a V. Exa. No início do ano, vamos conferir e contamos com o seu apoio.

O Deputado João Leite *- Muito obrigado, Deputado Paulo Piau. Gostaria de falar muito mais sobre esse assunto. No entanto, em respeito aos Deputados que aguardam a votação do orçamento, vou encerrar minha participação.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) *- Apenas para colaborar com o debate, em primeiro lugar, no que diz respeito ao esforço de V. Exa. em relação ao projeto, gostaria de dizer que temos consciência, sim, mas é importante também que V. Exa. atente para essas sugestões que o ilustre Secretário dos Esportes lhe enviou. Todos sabemos que o Secretário Sérgio Bruno é extremamente competente, dedicado, e provavelmente - ainda não vi o teor - suas sugestões são boas.

No que concerne ao comentário do Deputado Paulo Piau, estive conversando com o Secretário, Prof. Murílio Hingel, preocupado com essa questão. A informação que recebemos é de que seria feito convênio entre o Governo Federal e o de Minas, pelo Ministério dos Esportes. É importante que se diga que o Ministro dos Esportes, o mineiro Carlos Melles, muito embora não seja do meu partido, tem certo trânsito nas questões com o Governo Federal, lembra-me o Reminho, que é do seu partido, o PFL. Portanto, a situação, de certa forma, se desenvolveu.

Mas o fato, Deputado João Leite - é importante trazer isso à consideração dos Deputados -, é que, segundo o Sr. Secretário, os recursos deveriam ser disponibilizados pelo Governo Federal, e não foram. O Deputado Paulo Piau falou que seria por causa do "modus operandi". Não sei, esse detalhe o Sr. Secretário não me revelou. Por outro lado, o Secretário Murílio Hingel é extremamente competente, diligente nessas questões. Seguramente, se há algumas restrições, devem ser realmente de ordem técnica.

Por isso é importante que façamos a apuração dessa questão. A verdade é que apenas o Governo do Estado está, neste momento, fazendo, com poucos recursos e, infelizmente, em pouquíssimas escolas, esse tipo de obras no Estado. Obrigado.

O Deputado João Leite* - Agradeço ao Deputado Márcio Cunha pela sua contribuição. Desejo que, em relação ao esporte, o Brasil consiga os resultados de que precisamos e para os quais torcemos, que são justamente esses atletas de alto nível, a preparação das nossas equipes olímpicas.

Foi recentemente votada e sancionada a Lei Piva, segundo a qual as confederações de esportes olímpicos terão direito a uma receita anual, que corresponde a 4% do total da arrecadação das loterias exploradas pela Caixa Econômica Federal, que repassará o dinheiro ao Comitê Olímpico Brasileiro, responsável por sua distribuição. A primeira consequência é a necessidade de as confederações se organizarem, bem como estabelecerem calendários para as competições e viagens de seleções ou atletas olímpicos. Os recursos para a preparação dos atletas olímpicos, das equipes olímpicas já estão previstos na Lei Piva.

Quereria agradecer a atenção dos Deputados. Não usarei todo o meu tempo, mas não poderia deixar sem resposta um ataque gratuito como o que me fez o Secretário de Esportes. Procurei estar distante, acompanhar de longe, torcendo pelo esporte. O Secretário de Esportes tem neste Deputado agora um opositor. Não um opositor ao esporte, mas à política da Secretaria de Esportes, que trata Minas Gerais como mercado. Minas não é mercado. Queremos que os recursos cheguem às escolas e que as nossas crianças recebam apoio em relação ao esporte. Queremos que os atletas que detêm índice olímpico e que irão às Olimpíadas tenham apoio. Mas especialmente aqueles que não têm nada - apenas 30% de escolas têm espaço esportivo - a Assembléia Legislativa tem de garantir o acesso ao esporte. Ao portador de deficiência física tem de ser garantido o acesso ao esporte.

A política do Secretário de Esportes de privilegiar o mercado esportivo em Minas Gerais tem em mim a partir de agora um duro opositor. Concedo aparte ao Deputado Martini antes de encerrar.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Deputado João Leite, só lamentamos que alguém que seja convidado para uma função pública - como é o caso do Secretário -, que assuma o cargo de Secretário de Estado, pense como um empresário, como alguém da iniciativa privada, que traz todos esses vícios, não sabendo fazer a diferença entre o público e o privado.

Quando V. Exa. leu - e também o fiz - que ele trata do "mercado do esporte", essa expressão já nos dá uma indicação. Acho que é pior, o que queria era dizer que "queremos ter a reserva desse mercado para os nossos interesses e o dos nossos amigos". É lamentável. Acho que isso exigiria, se tivéssemos um Governo sensível às questões sociais, que ele até demitisse esse Secretário, que escolhesse alguém que tivesse compromisso com o público, com o social, que se preocupasse com a sociedade mineira, não apenas com os grupos empresariais, não somente com aqueles que ganham dinheiro com o mercado esportivo, como ele sugere aí.

V. Exa. pode ter certeza de que o PSB está junto com V. Exa. mais uma vez, e os seus adversários são os nossos. Vamos mostrar à sociedade mineira quem é esse cidadão.

O Deputado João Leite *- Obrigado pelo apoio e pela contribuição, Deputado Miguel Martini. E, em respeito aos Deputados, apesar de ainda ter muito tempo para discutir, vou encerrar o meu pronunciamento. Mas teremos oportunidade de discutir novamente essa matéria, porque, se o Secretário é do esporte, também sou. E já sei que ele falou para quase Belo Horizonte inteira que mandou o Governador Itamar Franco vetar o meu projeto, o nº 640, que não é mais meu.

É preciso avisar ao Secretário de Esportes que, quando um Deputado apresenta um projeto de lei, que é votado pela Assembléia, a mensagem, encaminhada ao Governador, é da Assembléia Legislativa, de todos os Deputados. Ele não vetou o projeto do Deputado João Leite. Vetou o Projeto de Lei nº 640, de autoria da Assembléia Legislativa. Como V. Exa., Sr. Secretário, disse que mandou o Governador Itamar Franco vetar o projeto, caso isso aconteça, ele voltará para a Assembléia Legislativa e teremos mais tempo para discutir esse veto absurdo, que demonstra a exclusão imposta às nossas crianças e jovens carentes. O Secretário de Esportes, que olha para o mercado esportivo, diz não ao pobre, à criança, ao deficiente físico, em Minas Gerais. É lamentável.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende.

O Deputado Geraldo Rezende - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não mais devíamos estar, nesta Casa, a discutir o orçamento, que já se encontra acertado para votação. Devíamos ter votado o orçamento e já estarmos no recesso, nosso lar.

Mas não posso deixar de fazer um comentário sobre aquilo que já se encontra resolvido. Minha preocupação será debatida no ano que vem, por ocasião da LDO. Vejo um orçamento de R\$19.500.000.000,00, sabendo que a nossa região do Triângulo Mineiro contribui com 12,8% de toda essa receita ou de sua previsão, o que é muito dinheiro. Essa porcentagem redundante no montante de R\$2.000.000.000,00. E o Governo elabora o projeto de orçamento, devolvendo a proposta orçamentária, para o Triângulo, apenas de 2,16%. E o que é pior, esse percentual vem decrescendo ano a ano. Nesta toada, daqui a três ou quatro anos, a participação do Triângulo no bolo vai zerar. Não entrarei em detalhes nem vou filosofar sobre minha ideologia política, já conhecida dos nobres pares desta Casa: somos progressistas, gostamos das questões sociais e vemos, no Brasil, todos os nossos anseios fracassarem por falta de iniciativa dos governantes. Não entrarei em detalhes porque teremos o ano que vem para debater a questão. No final do ano de 2001, ficamos a esperar que as coisas sejam diferentes em 2002, pois vamos trabalhar profundamente a LDO para que, ao final do ano, possamos fazer um orçamento que faça justiça às regiões do Triângulo e do Alto Paranaíba, desprestigiadas pelos Governos que têm passado por Minas Gerais. Além de ser uma região de belas paisagens, é aquela terra que inspirava Portinari, que saía de Brodósqui em busca do pôr-do-sol, retratado em suas pinturas.

E os governos estão deixando o barco andar. As cidades estão cada vez mais pobres. Não mandam o orçamento. A Lei Robin Hood tira um monte de dinheiro das pequenas e das grandes cidades que compõem a região do Triângulo. O Governo faz empresas hidrelétricas, inunda as terras férteis, atrapalha a vida do sertanejo triangulino, coloca-o no alto do cerrado, no planalto. Tira-o da beira do rio, não compra as terras no valor devido. As desapropriações são ínfimas. Ele mexe com a vida de todo o mundo, agride o sistema ecológico, muda nosso clima. E onde está o orçamento? Depois, ainda vem a famigerada Lei Robin Hood. No ano de 2002, vamos ter muito trabalho aqui. Temos a obrigação de dar uma resposta aos nossos eleitores do Triângulo e do Alto Paranaíba. Temos a obrigação de dizer-lhes que estamos aqui para defender os interesses de nossa região.

Ao encerrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero desejar aos nobres pares desta Casa um feliz Natal e um Ano-Novo cheio de glórias, com muita paz, saúde, amor e determinação nas nossas direções políticas, para que sejamos vitoriosos, levando nosso idealismo a debate aqui na Assembléia e na Câmara dos Deputados. Até o ano que vem, com muita paz, saúde e amor para todos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje estamos encerrando uma etapa importante, a aprovação do orçamento do Estado. Agora, estamos caminhando para a votação. Não gostaria de falar mais sobre os números do orçamento, mas apenas tecer alguns comentários sobre o seu sentido e como o estamos vendo. Entendo que o orçamento deveria ser a lei principal do Legislativo, porque é a síntese de todas as políticas, quer sejam políticas de desenvolvimento econômico, quer social, quer de resgate das diferenças existentes no Estado, quer de definição de prioridades. Para isso, é necessário que, de antemão, tenhamos diretrizes estratégicas do próprio Governo. Vejo que conseguimos, na Assembléia, evoluir, fazer uma discussão mais ampla sobre ele, mas é necessário que tenhamos uma atitude nova, ou seja, a importância do seu acompanhamento desde o primeiro dia do ano, sua execução, seus desvios, e a necessidade de um ajuste de acordo com as demandas do Estado. O orçamento não pode ser apenas o preenchimento de contas previamente definidas pela falta de opções ou de determinação de prioridades. Enquanto ele for apenas autorizativo, tiver apenas esse cunho de ser uma peça de orientação, não de obrigação de execução, vamos sentir sempre a fragilidade do Legislativo, que, em última análise, deveria dar o cunho político e o aval à peça orçamentária.

Para nós também ficou a lição do envolvimento de toda a Comissão de Fiscalização na discussão e na elaboração do orçamento.

Como relator, agradeço aos Deputados componentes dessa Comissão e aos que com suas emendas e proposições contribuíram para melhoria da peça orçamentária. Precisamos melhorar não só na definição de prioridades que deveriam ser oriundas de uma definição, mas também devemos na obtenção de melhores informações.

Vimos aqui o questionamento, por exemplo, da distribuição de recursos pelas macrorregiões do Estado. Hoje, falta-nos uma informação muito importante. Obviamente, a maior parcela da peça orçamentária é para custeio, e a menor, para investimento. No entanto, ainda não temos meios para auferir quanto de custeio está sendo distribuído a cada macrorregião do Estado.

Muitas vezes, uma região que recebe pouco investimento pode ter custeio significativo. Acho importante avançarmos tecnicamente, buscando maior qualidade para o orçamento. O fundamental é que o orçamento seja uma peça que retrate em números as políticas estratégicas do Governo. Se não for assim, será uma peça simplória, sem maior importância.

Queremos que o orçamento seja a peça principal em termos de projeto de lei que passe por esta Casa.

Quero, nesta oportunidade, quando estamos prestes a encerrar os trabalhos legislativos, agradecer a todos os membros da Comissão de Fiscalização Financeira, com quem atuamos durante este ano, aos funcionários da Casa, principalmente aqueles com quem mantivemos convivência diária, seja nas Comissões, seja em Plenário, seja nos serviços de apoio; sem dúvida, a dedicação e o envolvimento dos funcionários é que facilitam o nosso trabalho.

Finalmente, desejo à população de todas as regiões do Estado que, neste momento, Minas esteja unida no desejo de que todos os mineiros tenham um Natal com mais alegria, paz e fraternidade e de que tenhamos um Ano-Novo com mais esperança e confiança. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, inicio minha intervenção parabenizando o Deputado Mauro Lobo e todos os outros Deputados, sub-relatores da lei orçamentária. Considero que, do tempo em que estou aqui, talvez este tenha sido o ano em que conseguimos avançar mais. Não só na análise do orçamento, mas também, e principalmente, na tomada de consciência do valor do orçamento como uma das mais importantes leis que votamos na Assembléia.

E, em relação a esta discussão e aos debates que travamos, surge a idéia e a disposição manifesta do Presidente da Assembléia de já, a partir do próximo ano, 2002, estarmos analisando a execução do orçamento e, também, preparando-nos para a sua elaboração como peça de planejamento, e não como uma peça de ficção mal-elaborada, como já vimos acontecer com vários orçamentos.

Quero também dizer, como disse o Deputado Geraldo Rezende, que a nossa região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, assim como outras do Estado, têm sido, algumas vezes, esquecidas e, outras, exploradas. De modo especial, nossa região é explorada. É uma região que produz muito, sendo a segunda do Estado, e, no entanto, é uma das últimas a receber investimentos. Tive a oportunidade de debater com os Deputados Paulo Piau, Geraldo Rezende, Anderson Aduino, Hely Tarquínio e Antônio Andrade, Líder do Governo e representante de uma região muito próxima ao Triângulo, e resolvemos fazer uma ação solidária na defesa dos interesses das potencialidades do desenvolvimento de nossa região, sem deixarmos de ser solidários com as outras regiões de Minas, pois queremos vê-las desenvolvidas e atendidas adequadamente.

Eu, de maneira muito especial, tenho dedicado parte de meu trabalho à defesa de região esquecida de Minas Gerais que tem grandes potencialidades na área da agricultura, sobretudo da fruticultura, da mineração, do turismo e do desenvolvimento cultural: os vales do Jequitinhonha e do Mucuri, região que tenho defendido com a convicção de que, se nela houver investimentos, iremos vê-la florescer intensamente, em função de suas potencialidades.

O Jequitinhonha está nessa situação, marginalizado e empobrecido, por falta de compromisso de governos sucessivos. E o que nos traz aqui é uma conclusão muito preocupante: vemos regiões ricas exploradas, sem investimentos, e regiões pobres esquecidas, abandonadas. Qualquer governo comprometido com as diferentes Minas tem de planejar os investimentos em todas as regiões e áreas, preocupando-se com os princípios da igualdade no atendimento das necessidades e na promoção dos talentos e potencialidades.

Infelizmente, orçamentos sucessivos não têm acontecido assim, mas, neste momento, a Assembléia Legislativa evoluiu muito. Observamos isso a partir da forma com que esse orçamento vem sendo tratado e a partir da disposição dos parlamentares de evoluir no acompanhamento da execução orçamentária, com um estudo mais detalhado e aprofundado. Tenho visto, inclusive, a disposição dos Deputados mineiros em voltar às diferentes regiões do Estado, no esforço que fizemos no ano passado com as audiências públicas regionais.

É absolutamente inaceitável que o orçamento do Estado seja apresentado à Assembléia Legislativa do Estado, sem o conhecimento de um único Prefeito ou o mínimo conhecimento dos Prefeitos. Tivemos oportunidade, recentemente, de fazer um questionamento em uma reunião em que havia Prefeitos das maiores cidades de Minas. Ao perguntarmos se algum deles tinha conhecimento do orçamento, não obtivemos nenhuma manifestação.

Isso nos mostra como o Governo do Estado está dissociado dos municípios. A organização do Estado em diferentes níveis é para facilitar a construção do estado democrático de direito, e não para fazer esse distanciamento. Infelizmente, vemos isso aqui, em Minas Gerais.

Trago a disposição para debatermos, discutirmos, levantando os problemas, mostrando as injustiças e o abandono e acompanhando com vigor e com determinação a execução orçamentária. Há pouco, disse ao Deputado Paulo Piau e ao Deputado Geraldo Rezende e reafirmo que estaremos, com todos os nossos partidos, o PFL, o PMDB e o PT - o Deputado Hely Tarquínio está no PSDB - acompanhando a execução orçamentária proposta. Apesar do mínimo proposto, desejamos que seja aplicado. Cobraremos do Governo do Estado que aplique os recursos que estão propostos nesse orçamento em nossa região e que cumpra o que foi proposto para o Triângulo Mineiro. Esperamos que não seja apenas uma peça de ficção e uma proposta de enganação, como disse o Deputado Rogério Correia. Como todo o orçamento está inflado, que não seja esse mínimo também uma proposição inflada para atender ao Triângulo Mineiro.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Adelmo Carneiro Leão, obrigado pela oportunidade de nos manifestarmos com relação à proposta orçamentária. V. Exa. colaborou muito com esse orçamento, fazendo um estudo profundo, a ponto de haver a manifestação de todo o Triângulo Mineiro. Se os Prefeitos não são participados da elaboração do orçamento, pode ter a certeza de que a preocupação levada a eles pelo estudo realizado por V. Exa. trouxe reflexão especial aos Prefeitos da região do Triângulo Mineiro e do Alto Paranaíba. Esse foi o início de uma retomada de consciência não apenas desta Casa, mas também das unidades menores, que são os municípios, para que participem, pois são parte do orçamento do Governo do Estado. Parabéns por esse esforço. Com certeza, continuaremos o seu trabalho, de acordo com essa visão de que, no próximo ano, deveremos retomar as audiências públicas, para que possamos dar oportunidade para que as bases façam parte desse processo. Aceitamos essa iniciativa de fazer com que o Governo cumpra esse mínimo que aí está. O Triângulo é uma região de muito potencial, mas é carente em termos de infra-estrutura produtiva. O potencial que tem, juntamente com o Alto Paranaíba, serve para alavancar um processo de produção e para gerar riquezas para todo o Estado. Conversei com o assessor Noronha, que me dizia que o Triângulo Mineiro está em sobressalto, pois investe e entra em um patamar e, novamente, investe e entra em outro patamar, em uma curva não desejada, porque ela deveria ser ascendente e contínua. Isso está ocorrendo praticamente em todo o Estado, porque não há planejamento e estratégia de desenvolvimento. Somos carentes disso no Brasil inteiro, mas poderemos ser diferentes em Minas Gerais. Poderíamos ter intenção de planejar e de realizar não apenas o orçamento, mas ações políticas importantes de desenvolvimento. Mas, lamentavelmente, estamos com política menor, com uma preocupação de curto prazo. Na verdade, estamos perdendo a capacidade de planejar em médio e a longo prazos. Sem dúvida, esse é um dos fatores que tanto prejuízo trazem à Nação e ao nosso Estado. Parabéns pelo esforço ao analisar o orçamento para o ano de 2002. Muito obrigado.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Obrigado, Deputado Paulo Piau. Podemos dizer que, juntos, nós, do Triângulo Mineiro, somos solidários com as outras regiões de Minas. Aplaudimos a aplicação dos recursos lá gerados no atendimento das necessidades de nossa gente em todos os cantos do Estado. Queremos ver resultados melhores no Jequitinhonha, no Mucuri e em outras regiões pobres de Minas, que também são talentosas. Mas não vamos abrir mão do atendimento das necessidades do povo do Triângulo Mineiro. Vamos atuar de maneira solidária, mas permanentemente e decisivamente, para que nossa luta seja vitoriosa.

Ao final, quero desejar aos meus colegas Deputados e Deputadas um Natal muito feliz, cheio de paz, de alegria e saúde, um ano de 2002 muito mais generoso para cada um. Que as energias positivas aumentem no coração e na inteligência de cada um para suas realizações pessoais e para que suas energias e suas forças gerem ações muito positivas para todo o povo de Minas Gerais. Igualmente, desejo a todos os funcionários da Assembléia Legislativa tudo de bom, muita saúde, muita alegria no Natal e um ano de 2002 generoso, fraterno e solidário. Que os talentos humanos do Estado de Minas Gerais se realizem em uma fraternidade permanente. Desejo ao nosso Presidente muita luz para que conduza a Assembléia Legislativa aos níveis mais elevados da representação e possa atender ao interesse coletivo e ao bem comum, fazendo de Minas Gerais e desta Assembléia um espaço de dignidade, alegria, respeito e credibilidade perante o povo do Estado. Tenho a certeza de que as lições que aprendemos este ano nos servirão muito para que esta Assembléia se destaque no cenário nacional, seja um padrão de referência para todas as Assembléias dos outros Estados brasileiros. Tenho a convicção de que os trabalhos que realizaremos no próximo ano farão desta Assembléia motivo de orgulho para cada mineiro que vive neste Estado ou em qualquer outro lugar do País ou do mundo. Parabéns pelo trabalho de vocês, sucesso, muita alegria no coração neste Natal e durante todo o ano de 2002.

O Sr. Presidente (Deputado Antônio Júlio) - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Vem à Mesa requerimentos do Deputado Miguel Martini (2), solicitando votação destacada das Emendas nºs 2.648 e 2.649, respectivamente, ao Projeto de Lei nº 1.796/2001. A Presidência defere os requerimentos de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa, Requerimento do Deputado Adelman Carneiro Leão, solicitando votação destacada das Emendas 1.726, 2.812, 2.813 e 2.814 do Projeto de Lei 1.796/2001. A Presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa, Requerimento do Deputado Rogério Correia, solicitando sejam votados englobadamente os destaques das Emendas nºs 1.726, 2.812, 2.813 e 2.814. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, o projeto, salvo emendas, subemendas e destaques. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (-Pausa.) Aprovado. Em votação, as emendas e subemendas que receberam parecer pela aprovação, salvo destaques. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Ficam, portanto, prejudicadas as Emendas nºs 4, 6 a 11, 25, 29, 30, 39, 46, 51, 90, 94, 97, 98, 102 a 129, 131, 136, 138, 140, 144, 230, 232, 233, 234, 236, 238, 240, 243, 245, 247, 249, 253, 265, 267, 268, 270, 274, 275, 277, 284, 286, 298, 299, 300, 315, 340, 379, 394, 433 a 439, 441, 442, 444, 448, 450, 453, 473, 474, 477, 478, 480, 489, 491, 492, 493, 503, 504, 508, 510, 515, 516, 517, 519, 520, 524 a 527, 529, 531, 533 a 536, 539, 540, 542, 544, 545, 546, 583, 593, 603, 649, 654, 656, 657, 711, 714, 717, 718, 720, 721, 723, 725, 726, 727, 730, 735, 740, 749, 756, 761, 764, 868, 887 a 896, 944, 957, 961, 964, 969, 970, 971, 974 a 997, 1.032, 1.086, 1.087, 1.088, 1.090, 1.131, 1.132, 1.146, 1.180, 1.181, 1.545 a 1.557, 1.560, 1.561, 1.562, 1.565, 1.570, 1.573, 1.616, 1.620, 1.623, 1.624, 1.625, 1.628, 1.629, 1.685, 1.711, 1.717, 1.719, 1.721, 1.725, 1.784 a 1.787, 1.860, 1.904, 2.005, 2.008, 2.009, 2.011 a 2.014, 2.050, 2.161, 2.164, 2.168, 2.299, 2.301, 2.303, 2.304, 2.307, 2.312, 2.314, 2.315, 2.320, 2.321, 2.322, 2.326, 2.395 a 2.406, 2.524 a 2.529, 2.535, 2.539, 2.543, 2.544, 2.548, 2.554, 2.558, 2.561, 2.564, 2.565, 2.568, 2.569, 2.594 a 2.622, 2.647, 2.682, 2.689, 2.694, 2.698, 2.700, 2.717, 2.718, 2.722, 2.723, 2.725, 2.726, 2.771 e 2.805. Em votação, as emendas que receberam parecer pela rejeição, salvo destaques. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitadas. Votação das Emendas nºs 1.726, 2.812, 2.813 e 2.814 ao Projeto de Lei nº 1.796/2000. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Rogério Correia.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, quero encaminhar a votação para a não-inclusão, o voto "não" a essa emenda. Já expus os motivos, quando encaminhei o projeto como um todo.

Quero apenas lembrar que se trata de quatro emendas que destinam um valor a mais para a Assembléia Legislativa de R\$23.000.000,00 no orçamento. Como tinha se destinado o orçamento? Falo em nome da Bancada do PT. No nosso entender, já era suficiente para que o Legislativo funcione bem para cumprir os seus deveres de fiscalização, elaboração de leis, de contato permanente com a população mineira. Aliás, a Assembléia Legislativa vem fazendo bem o seu trabalho, com o funcionamento adequado de suas comissões, CPIs, e a Assembléia Legislativa tem tido, portanto, bom desempenho, o que nos mostra que não há necessidade de aumento de verba.

A solicitação de R\$23.000.000,00 pela Assembléia não está dentro da realidade do orçamento mineiro, por toda a análise que fiz, devido à crise econômica que vivemos no Brasil e que se reflete em Minas Gerais. Portanto, esse orçamento, embora esteja superestimado no relatório, não é verdade que fará parte de um processo de crescimento. Não vejo porque essas emendas apareceram agora no relatório e foram aprovadas na Comissão de Fiscalização Financeira, com o meu voto contrário. Ressalvo que essas emendas não dizem respeito a pagamento de pessoal ou encargo, como são as emendas que aumentaram a verba do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. Esses dois órgãos justificaram o aumento com pagamento de pessoal e encargos sociais, o que não é o caso da Assembléia Legislativa. A justificativa da Assembléia se dá para compra de equipamentos, de imóvel, para o Instituto de Previdência. Portanto, não são necessidades como pagamento de pessoal, que pudesse ser justificado. As verbas que a Assembléia Legislativa recebeu neste ano e nos anos anteriores, possivelmente, pagam o que foi solicitado nessa emenda. Então, não há por que existir esse aumento.

Nesse sentido, encaminho contrariamente à aprovação dessas quatro emendas, mantendo, portanto, a proposta governamental.

O Sr. Presidente - Em votação, as emendas. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas. Em votação, a Emenda nº 2.648. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2.649. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 1.796/2001 com as Emendas nºs 1, 13 a 24, 31 a 37, 40 a 45, 48, 49, 50, 52 a 84, 86 a 89, 91, 92, 93, 95, 96, 99, 100, 101, 130, 132, 134, 135, 137, 139, 141, 142, 143, 145 a 172, 195 a 229, 231, 241, 248, 252, 263, 264, 272, 278, 282, 287, 288, 301, 302, 304 a 308, 310, 320, 323, 326, 327, 338, 341, 343, 345, 347, 360, 361, 363, 364, 365, 367, 368, 371 a 376, 380 a 393, 395 a 404, 411 a 432, 440, 443, 445, 446, 447, 449, 451, 452, 454 a 472, 488, 494 a 502, 505, 506, 507, 509, 513, 518, 521, 522, 523, 528, 530, 532, 537, 538, 541, 543, 547 a 578, 580, 584, 585, 588, 596, 598, 599, 610, 616, 618, 619, 622 a 626, 628, 629, 631, 634, 639, 648, 652, 653, 659, 660 a 705, 716, 719, 738, 743 a 748, 750, 758, 759, 760, 768, 769, 770, 869 a 886, 897 a 943, 945 a 956, 962, 963, 965, 972, 973, 1.010, 1.022 a 1.031, 1.033 a 1.050, 1.053 a 1.074, 1.214 a 1.243, 1.400 a 1.433, 1.435, 1.436, 1.438, 1.439, 1.440, 1.444, 1.450, 1.483 a 1.486, 1.489 a 1.504, 1.506, 1.507, 1.558, 1.559, 1.563, 1.564, 1.574, 1.578 a 1.615, 1.617, 1.618, 1.619, 1.621, 1.622, 1.626, 1.627, 1.630, 1.698 a 1.710, 1.712 a 1.716, 1.718, 1.720, 1.722, 1.723, 1.724, 1.726 a 1.729, 1.731, 1.733 a 1.747, 1.749 a 1.761, 1.769 a 1.783, 1.788 a 1.836, 1.838, 1.858, 1.859, 1.861, 1.865, 1.905, 1.906, 1.927, 1.937, 1.957, 1.960, 1.974, 1.975, 1.976, 1.982 a 1.993, 2.006, 2.007, 2.010, 2.015 a 2.049, 2.051 a 2.087, 2.089 a 2.097, 2.099 a 2.150, 2.152 a 2.160, 2.162, 2.163, 2.165, 2.166, 2.167, 2.170 a 2.228, 2.300, 2.302, 2.305, 2.306, 2.308 a 2.311, 2.313, 2.316 a 2.319, 2.324, 2.325, 2.327 a 2.353, 2.384 a 2.394, 2.407 a 2.458, 2.460, 2.461, 2.462, 2.463 a 2.471, 2.472 a 2.490, 2.491, 2.492, 2.494 a 2.517, 2.534, 2.545, 2.546, 2.549, 2.550, 2.552, 2.553, 2.556, 2.563, 2.566, 2.567, 2.570, 2.573 a 2.593, 2.623 a 2.646, 2.648, 2.649, 2.676 a 2.681, 2.683 a 2.688, 2.690 a 2.693, 2.695, 2.696, 2.697, 2.699, 2.701 a 2.716, 2.719, 2.720, 2.721, 2.724, 2.727 a 2.756, 2.770, 2.779 a 2.804, 2.806 a 2.811, 2.812, 2.813, 2.814, 2.815 a 2.841 e com as subemendas que receberam o nº 1 às Emendas nºs 4, 6 a 11, 25, 29, 30, 39, 46, 51, 90, 94, 97, 98, 102 a 129, 131, 136, 138, 140, 144, 230, 232, 233, 234, 236, 238, 240, 243, 245, 247, 249, 253, 265, 267, 268, 270, 274, 275, 277, 284, 286, 298, 299, 300, 315, 340, 379, 394, 433 a 439, 441, 442, 444, 448, 450, 453, 473, 474, 477, 478, 480, 489, 491, 492, 493, 503, 504, 508, 510, 515, 516, 517, 519, 520, 524 a 527, 529, 531, 533 a 536, 539, 540, 542, 544, 545, 546, 583, 593, 603, 649, 654, 656, 657, 711, 714, 717, 718, 720, 721, 723, 725, 726, 727, 730, 735, 740, 749, 756, 761, 764, 868, 887 a 896, 944, 957, 961, 964, 969, 970, 971, 974 a 997, 1.032, 1.086, 1.087, 1.088, 1.090, 1.131, 1.132, 1.146, 1.180, 1.181, 1.545 a 1.557, 1.560, 1.561, 1.562, 1.565, 1.573, 1.616, 1.620, 1.623, 1.624, 1.625, 1.628, 1.629, 1.685, 1.711, 1.717, 1.719, 1.721, 1.725, 1.784 a 1.787, 1.860, 1.904, 2.005, 2.008, 2.009, 2.011 a 2.014, 2.050, 2.161, 2.164, 2.168, 2.299, 2.301, 2.303, 2.304, 2.307, 2.312, 2.314, 2.315, 2.320, 2.321, 2.322, 2.326, 2.395 a 2.406, 2.524 a 2.529, 2.535, 2.539, 2.543, 2.544, 2.548, 2.554, 2.558, 2.561, 2.564, 2.565, 2.568, 2.569, 2.594 a 2.622, 2.682, 2.689, 2.694, 2.698, 2.700, 2.717, 2.718, 2.722, 2.723, 2.725, 2.726, 2.771 e 2.805. À Comissão de Redação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.465/2001, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governo do Estado referentes ao exercício de 1998. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição do Substitutivo nº 1 e da Emenda nº 1. Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada, em que solicita adiamento da discussão

do projeto. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1.466/2001, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1999. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição das Emendas nºs 1 e 2. Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Carlos Andrada solicitando o adiamento da discussão do projeto. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.825/2001, da Bancada do PFL, que susta os efeitos do Decreto nº 41.984, de 4/10/2001, que altera o regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 38.104, de 28/6/96 e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Resolução nº 1.825/2001 na forma do Substitutivo nº 1. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Resolução nº 1.804/2001, da Mesa da Assembléia, que dispõe sobre o apoio às atividades de representação político-parlamentar e dá outras providências. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

EMENDA Nº 3 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.804/2001

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Fica assegurada a participação, no Conselho de Administração de Pessoal - CAP -, do Sindicato dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, na forma que dispuser o regulamento."

Sala das Reuniões, 19 de dezembro de 2001.

Ivo José

Acordo de Lideranças

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebida, no 2º turno, uma emenda, de autoria do Deputado Ivo José, ao Projeto de Resolução nº 1.804/2001, contendo matéria nova.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2001.

Ivair Nogueira, Líder do BDPB - Antônio Carlos Andrada, Líder do PSDB - Cristiano Canêdo, Líder do PTB - Sebastião Costa, Líder do PFL - Adelmo Carneiro Leão, Líder do PT - Miguel Martini, Líder do PSB - Luiz Tadeu Leite, Líder da Maioria - Ermanno Batista, Líder da Minoria.

EMENDA Nº 4 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.804/2001

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Passam a integrar o quadro a que se refere a Lei nº 8.443, de 6 de outubro de 1983, os atuais servidores ocupantes de cargos de livre nomeação a exoneração, que, na data de 30 de setembro de 1989, encontravam-se em efetivo exercício na Secretaria da Assembléia.

§ 1º - Para efeito de posicionamento no quadro a que se refere este artigo, serão observados o cargo e o padrão atribuídos ao servidor na data de publicação desta resolução.

§ 2º - O posicionamento do servidor não implicará alteração na lotação funcional do servidor ou na estrutura de pontos ou de cargos atualmente em vigor.

§ 3º - O servidor a que se refere este artigo manterá, até o final da atual legislatura, a lotação em que se encontra na data de publicação desta resolução, desde que em efetivo exercício.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo ao servidor que comprovar dez anos de efetivo exercício na Secretaria da Assembléia Legislativa no período de 30 de setembro de 1989 até a data de publicação desta resolução.

§ 5º - Não se aplica o disposto nos arts. 2º e 3º desta resolução aos servidores de que trata este artigo."

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2001.

Agostinho Patrús

Acordo de Lideranças

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebido, no 2º turno, uma

emenda, de autoria do Deputado Agostinho Patrús, ao Projeto de Resolução nº 1.804/2001, contendo matéria nova.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2001.

Ivair Nogueira, Líder do BDPB - Pastor George, Líder do PL - Antônio Carlos Andrada, Líder do PSDB - Cristiano Canêdo, Líder do PTB - Sebastião Costa, Líder do PFL - Alencar da Silveira Júnior, Líder do PDT - Luiz Fernando Faria, Líder do PPB - Miguel Martini, Líder do PSB - Luiz Tadeu Leite, Líder da Maioria - Ermano Batista, Líder da Minoria.

SUBEMENDA Nº 1 À EMENDA Nº 4 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1.804/2001

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Passam a integrar o quadro a que se refere a Lei nº 8.443, de 6 de outubro de 1983, os atuais servidores ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração admitidos, até a data de 30 de setembro de 1989, e que se encontram em efetivo exercício na Secretaria da Assembléia.

§ 1º - Para efeito de posicionamento no quadro a que se refere este artigo, serão observados o cargo e o padrão atribuídos ao servidor na data de publicação desta resolução.

§ 2º - O posicionamento do servidor não implicará alteração na lotação funcional do servidor ou na estrutura de pontos ou de cargos atualmente em vigor.

§ 3º - O servidor a que se refere este artigo manterá, até o final da atual legislatura, a lotação em que se encontra na data de publicação desta resolução, desde que em efetivo exercício.

§ 4º - Aplica-se o disposto neste artigo ao servidor que comprovar dez anos de efetivo exercício na Secretaria da Assembléia Legislativa.

§ 5º - Não se aplica o disposto nos artigos 2º e 3º desta resolução aos servidores de que trata este artigo.".

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2001.

Álvaro Antônio

Acordo de Lideranças

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Os Deputados que este subscrevem, representando a maioria dos membros do Colégio de Líderes, deliberam seja recebida, no 2º turno, uma subemenda, de autoria do Deputado Álvaro Antônio, à Emenda nº 4 ao Projeto de Resolução nº 1.804/2001, contendo matéria nova.

Sala das Reuniões, 20 de dezembro de 2001.

Ivair Nogueira, Líder do BDPB - Pastor George, Líder do PL - Alencar da Silveira Júnior, Líder do PDT - Luiz Fernando Faria, Líder do PPB - Miguel Martini, Líder do PSB - Luiz Tadeu Leite, Líder da Maioria.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que no decorrer da discussão foram apresentadas ao projeto duas emendas, sendo uma do Deputado Ivo José, que recebeu o nº 3, e outra do Deputado Agostinho Patrús, que recebeu o nº 4, e uma subemenda à Emenda nº 4, do Deputado Álvaro Antônio, que recebeu o nº 1, as quais, por conterem matéria nova, vêm acompanhadas de Acordo de Lideranças, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, encaminha o projeto com as emendas e a subemenda à Mesa da Assembléia para parecer.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final da Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2001, da Deputada Elaine Matozinhos e outros, que acrescenta dispositivo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais; e dos Projetos de Lei nºs 1.344/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica; e 1.796/2001, do Governador do Estado, que fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o Exercício de 2002.

Declarações de Voto

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, quero desejar a V. Exa. e aos pares desta Casa um feliz Natal e um Ano-Novo cheio de alegrias, realizações e felicidades. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, gostaria de declarar o meu voto favorável ao projeto do Governo e aproveitar o momento para desejar a todos um feliz Natal e para agradecer novamente pelo empenho na votação do Código de Ética, que tanto representou para a Polícia Militar e para o Corpo de Bombeiros. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, votei favoravelmente ao projeto do orçamento do Estado, diferentemente dos anos anteriores. É importante que se diga que fui relator da matéria nos anos anteriores e quero cumprimentar a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária pelo trabalho que fez e pela diligência que tiveram em trazer ao Plenário esse projeto, para ser aprovado da forma como estabelecia o acordo feito.

Aproveito a oportunidade para desejar a todos os Deputados e Deputadas, assim como aos telespectadores da TV Assembléia, um feliz Natal. E que o ano que vem seja repleto de alegrias.

Cumprimento especialmente as cidades do interior do Estado que recebem as imagens da TV Assembléia. Em especial, cumprimento minha terra natal, Cachoeira da Prata, nosso Prefeito Domicio, o Vice-Prefeito Mozart, os Vereadores e todos os companheiros. Enfim, cumprimento cada um dos senhores. Parabéns. E que o mundo tenha mais paz e fraternidade. Um bom Natal a todos. Obrigado.

O Deputado Arlen Santiago - Sr. Presidente, Srs. Deputados, agradecemos a convivência que tivemos este ano. Faço menção especial aos funcionários desta Casa, que têm tido comportamento exemplar: o pessoal das máquinas de xerox, da segurança, da limpeza, da TV Assembléia, das Comissões, do Plenário, enfim, todos os funcionários desta Casa, que fazem com que o parlamento mineiro funcione bem. A todos desejo um feliz Natal. Que Deus dê paz e saúde a todos os mineiros.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria da pauta, a Presidência encerra a reunião, desconvocando as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 21, às 10, às 14 e às 20 horas, e convocando os Deputados para a reunião solene de encerramento da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura, a seguir, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial do Programa de Concessão de Rodovias

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia dez de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Fábio Avelar e Luiz Fernando Faria, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Fernando Faria, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o relatório final da Comissão. A Presidência solicita ao Deputado Fábio Avelar que proceda à leitura do referido relatório, publicado no "Diário do Legislativo" de 13/12/2001 (relator: Deputado Jorge Eduardo de Oliveira). Submetido a discussão e votação, é aprovado o relatório. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência suspende os trabalhos para que se lave a ata da reunião. Reabertos os trabalhos, o Presidente solicita ao Deputado Luiz Fernando Faria que proceda à leitura da ata e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Fábio Avelar, dispensa a leitura da ata, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência agradece a presença e a dedicação dos parlamentares e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Fábio Avelar - Luiz Fernando Faria.

ATA DA 23ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Membros DE Comissões Permanentes E DE Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às vinte e uma horas e cinco minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Luiz Fernando Faria, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na fase de discussão, é aprovado requerimento do Deputado Rogério Correia solicitando o adiamento de discussão do parecer para turno único sobre o Projeto de Lei nº 1.796/2001. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta, em 20/12/2001, às 11 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Ivair Nogueira - Dilzon Melo - Rêmoló Aloise - Luiz Fernando Faria - Rogério Correia - Geraldo Rezende.

ATA DA 24ª REUNIÃO Conjunta das Comissões de Membros DAS Comissões Permanentes - §1ºart.204 do regimento interno - e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às onze horas do dia vinte de dezembro de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Agostinho Silveira, Durval Ângelo, Eduardo Brandão, Geraldo Rezende, Gil Pereira e José Milton, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do art. 204 do Regimento Interno; Mauro Lobo, Ivair Nogueira, Dilzon Melo, Luiz Fernando Faria, Rêmoló Aloise e Rogério Correia, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.796/2001 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Rêmoló Aloise, aprovado pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião conjunta, hoje, às 15h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de dezembro de 2001.

Mauro Lobo, Presidente - Rêmoló Aloise - Dilzon Melo - Ivair Nogueira - Rogério Correia - Agostinho Silveira - Gil Pereira.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

321ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 20/12/2001

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, visitantes, subo a esta tribuna, durante esta última reunião, para fazer duas colocações. A primeira - não poderia ser diferente - é sobre a minha região, o vale do Jequitinhonha, o Mucuri e o Norte de Minas. A segunda é sobre algumas irregularidades praticadas pela TELEMAR. Vamos ao último assunto.

Estou protocolando um requerimento ao Presidente desta Casa com o seguinte teor: - Lê requerimento em que solicita seja criada comissão especial para apurar possíveis irregularidades praticadas pela TELEMAR, em relação à publicação da lista de assinantes, bem como seja apurada a situação em que se encontram as empresas gráficas que editaram listas telefônicas no Estado antes do advento do atual sistema de privatização de telecomunicações, as quais alegam não estarem tendo oportunidade de participar do processo de seleção para divulgação da lista mencionada. A justificativa é a que se segue:

"As atividades concernentes a telefonia e telecomunicações, anteriores à edição da atual Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9.472, de 1997) eram efetuadas pelas empresas (TELES) do Sistema Telebrás, através das permissionárias do serviço público de telefonia TELERJ, TELEMIG, TELPE, entre outras, sendo que a lista telefônica era oficial da concessionária, e a editora detinha exclusividade sobre ela.

Tal procedimento monopolístico de exploração pelas TELES de comercialização e edição da listas telefônicas foi proibido pela Lei Geral de Telecomunicações. A partir de então, as operadoras, concessionárias, prestadoras de serviços passaram a ser depositárias do Cadastro de Assinantes do Serviço Público de Telefonia, sendo, contudo, obrigadas a fornecê-lo, com os dados corretos, a quem queira divulgá-lo, a preços e prazos razoáveis e de forma não discriminatória.

Também são obrigadas a editar a Lista Telefônica Obrigatória e Gratuita - LTOG -, que não pode ser explorada comercial e economicamente nem conter destaque de anúncio ou espaço publicitário.

Entretanto, segundo denúncias, contrariando a legislação vigente, a Telelistas firmou contrato com a TELEMAR, a fim de explorarem econômica e comercialmente, em conjunto, a atividade de edição da LTOG, nas áreas de atuação de outras empresas editoras de listas telefônicas, que se sentiram alijadas do processo e em situação difícil, sendo obrigadas a dispensa em massa de pessoal, algumas das quais obrigadas até a encerrar suas atividades.

Há indícios também de que, para publicação das listas telefônicas, estariam sendo utilizados recursos públicos, oriundos do BNDES, para financiar tais procedimentos, considerados ilegais".

Por todas as razões apresentadas no relatório de 12 páginas, anexo ao requerimento, esta Casa tem o dever de apurar os fatos e propor as medidas cabíveis.

Nesta semana, o sindicato dos trabalhadores na área de telecomunicações esteve nesta Casa, a fim de denunciar o enorme número de trabalhadores que foram dispensados. Só neste semestre cerca de 5 mil trabalhadores foram demitidos. A TELEMAR, além de fazer demissões, causando desemprego, agora está procurando inviabilizar empresas mineiras - são mais de cinco - que editavam a lista telefônica, geravam emprego, renda e impostos para o Estado, boicotando-as e utilizando recursos públicos para infringir a lei. A TELEMAR criou uma empresa ligada a si própria, que podemos denominar popularmente de "laranja", e, utilizando recursos do BNDES, fez a edição dessa telelista. Além disso, faz propaganda enganosa nos meios de comunicação, dizendo que se trata de uma lista oficial, explorando-a comercialmente, descumprindo, portanto, a legislação.

O Deputado Luiz Menezes (em aparte)* - Deputado Márcio Kangussu, concordo com todas essas denúncias envolvendo a TELEMAR. E mais ainda: como temos o hidrômetro, ficamos sabendo a quantidade de água que gastamos em nossa casa. O mesmo acontece com a energia elétrica, porque temos o medidor. Mas não temos nenhum tipo de recurso para saber quanto gastamos com o uso do telefone. Assim, cobram quanto querem. Deveria haver um medidor de pulsações nas casas, para que, no fim do mês, possamos saber quanto gastamos. Hoje, as empresas de telefonia, principalmente a TELEMAR, não possuem medidores. Temos de pagar a conta que vier. Não sabemos se gastamos aquilo ou não. Ela cobra quanto quer. Protestamos veementemente contra isso. Obrigado, Deputado Márcio Kangussu.

O Deputado Márcio Kangussu* - Agradeço as palavras do Deputado Luiz Menezes, que enriqueceram o meu pronunciamento.

Temos o dever de verificar o que está acontecendo com a TELEMAR em Minas Gerais, sobretudo, com a telelista. Repito: além da TELEMAR estar dispensando mais de 5 mil trabalhadores, quer inviabilizar as atividades de mais de cinco editoras que faziam, competentemente, esse serviço em Minas Gerais, causando, assim, prejuízos à nossa sociedade, como o desemprego e a falência de algumas dessas empresas. Para fazer isso, usa recursos públicos. Temos de ir a fundo nesse sistema de privatização. Achamos que a privatização é necessária, precisa ser feita, mas temos de verificar como tem sido feita, se é a bem do povo e se a qualidade dos serviços tem melhorado. Principalmente nas regiões mais distantes, esse serviço ainda é precário. A TELEMAR não tem colocado os postes telefônicos nas comunidades de 600 habitantes, conforme determina a lei de privatizações. As estações das pequenas cidades ainda são bastante precárias, porque a empresa demora a fazer as mudanças necessárias. Enfim, são várias as irregularidades que a TELEMAR tem praticado com os usuários de Minas, com seus funcionários e com as empresas mineiras, inviabilizando as suas atividades com essa vergonhosa edição da telelista, sem dar oportunidade a que as outras empresas participem, às vezes, vendendo o cadastro, que vai para uma empresa de uma forma, para outra de outra forma, com erros, desacreditando as outras empresas que publicam a lista telefônica.

Então, peço ao Sr. Presidente que, ainda hoje, possamos votar o nosso requerimento para que se instale uma comissão especial. Precisamos ir fundo, saber o que está acontecendo com a telefonia em Minas Gerais, sobretudo com a TELEMAR.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Parabenizo o Deputado Márcio Kangussu por essa iniciativa. A preocupação com 5 mil empregos é fundamental. Com certeza, V. Exa. terá a parceria do PSDB nesta Assembléia, para apurar essa questão e cobrar da ANATEL, principalmente, que é a agência responsável por fiscalizar e fazer cumprir a lei.

Mas fico feliz porque, a partir do momento em que V. Exa. está preocupado com essas demissões da TELEMAR, com esse caos relativo à pequena empresa no setor gráfico, com absoluta tranquilidade, também estará favorável a esta minha luta em defesa dos designados da educação do Estado.

Esta Deputada estará de plantão nesta Casa, obstruindo os trabalhos, até que consigamos aquilo que foi proposto hoje pelo Presidente, Deputado Antônio Júlio, que tão bem tem conduzido este processo em defesa dos designados, conseguindo audiência com o Governador Itamar Franco, para que volte atrás na ação da Secretaria da Educação. Ao final dos trabalhos parlamentares, fomos pegos de surpresa, e, com certeza, os servidores também.

Que o Governador autorize a prorrogação dos contratos dos servidores da educação até junho do ano que vem, tempo que nos permitirá, com calma, tranquilidade e parceria, buscar caminhos menos dolorosos e injustos para os servidores designados, promovendo, assim, a justiça social.

O Deputado Márcio Kangussu* - Agradeço a V. Exa., nobre Deputada Elbe Brandão. A preocupação de dar oportunidade de trabalho aos mineiros é de todos.

Voltando ao assunto TELEMAR, não podemos, de forma alguma, deixar que cinco empresas sejam fechadas, demitam seus trabalhadores e deixem de recolher impostos aos cofres públicos, porque a TELEMAR não está cumprindo a legislação.

Gostaria de tratar também de outro assunto. Fico muito feliz por ver, neste Plenário, grande parte da brava bancada do Nordeste mineiro. Há uma referência de parlamentar, de homem público, para mim e para toda a nossa região, mas também para esta Casa, que é o Deputado Kemil Kumaira, que vai ser Deputado Federal, porque nossa região precisa de um. O Deputado Carlos Pimenta, médico, também é bravo defensor da nossa região, assim como a Deputada Elbe, os Deputados Tadeu Leite, Doutor Viana e Márcio Cunha, que também quer nos ajudar. Quero fazer um chamamento a cada um de vocês.

Foi criado o IDENE. Antes éramos incluídos na ADENE. Não podemos deixar passar essa oportunidade para que possamos nos fortalecer politicamente, e também a esse instituto. Agora temos que deixar - aliás, sempre deveríamos ter feito isso - as nossas brigas paroquiais de lado e nos aglutinar, mas mobilizar, nos unir em defesa dos interesses da nossa região.

Quero fazer também uma denúncia muito séria. Estive pesquisando, Deputado Kemil Kumaira, cidades de porte médio, como Teófilo Ôtoni e Almenara, no Sul de Minas, no Oeste de Minas, no Triângulo, para saber quantas tinham centros de hemodiálise. Todas tinham; algumas, inclusive, com duas ou três clínicas credenciadas.

No entanto, na nossa região, só Teófilo Otôni tem um centro, no Hospital Santa Rosária, muito pequeno e tendo que atender a mais de 1.300 pessoas.

V. Exas. sabem muito bem que a doença renal cresce muito mais na camada mais pobre. Sair de Santa Maria do Salto para fazer hemodiálise em Teófilo Otôni, a 400km, sair de Santo Antônio do Jacinto, Jordânia, Bandeira, Divisópolis, é desumano. E, pior do que isso, chegando lá, não há condições de tratamento, porque aquele centro não atende mais. A demanda é tão grande que temos 300 doentes renais em nossa região sem oportunidade de se tratar. Essa questão é mais do que política, é questão de piedade. Agora, estamos tentando, Deputado Kemil Kumaira, credenciar mais uma clínica em Teófilo Otôni, da Dra. Márcia Ramalho, e não estamos conseguindo. Essa clínica precisa apenas ser credenciada para atender aos necessitados.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero manifestar ao Deputado Márcio Kangussu minha inteira solidariedade com sua preocupação nessa extensão de serviços à região do vale do Jequitinhonha. Entendo que é chegado o momento de se fazer uma discussão à luz da realidade do que existe. São os doentes renais crônicos que estão sofrendo, precisando de centros de hemodiálise. Existe um vácuo muito grande no setor de atendimento aos derivados de sangue, a hemoterapia, e é necessária essa discussão. Como membro da Comissão de Saúde, quero convidá-lo para, no início do ano que vem, fazermos uma discussão ampla, tentando dar maior apoio e assistência possível à região do vale do Jequitinhonha. Parabéns pelo seu pronunciamento.

O Deputado Márcio Kangussu* - Sr. Presidente, encerrando, gostaria de alertar que o Estado é obrigado a gastar 8,5% em saúde e não tem gasto. No ano que vem, é a hora de nos unirmos para suprir essas necessidades de nossa região. Somos uma bancada forte.

Se o Presidente permitir, concedo aparte ao Deputado Kemil Kumaira.

O Sr. Presidente - Deputado, temos vários inscritos.

O Deputado Márcio Kangussu* - Na nossa região, somos discriminados tantas vezes que, nesse final de Legislatura, com um caso tão grave, é oportuno que ouçamos, pelo menos por 30 segundos, o ex-Presidente desta Casa, nosso futuro Deputado Federal, Kemil Kumaira. Peço a V. Exa. a tolerância de 30 segundos, antes de concluímos, para ouvir o Deputado Kemil Kumaira.

O Sr. Presidente - Deputado, não é regimental e a pressão está muito forte.

O Deputado Márcio Kangussu* - Termina minhas palavras, Sr. Presidente, agradecendo sua tolerância e, também, pedindo seu apoio e seu espírito cristão, para que nos ajude a corrigir essas distorções, principalmente na área de saúde, no vale do Jequitinhonha, e, sobretudo, para implantar, com urgência, no Hospital Deraldo Guimarães, em Almenara, um centro de hemodiálise, para minimizar o sofrimento de nossa gente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Piau - Concedo aparte ao Deputado Kemil Kumaira.

O Deputado Kemil Kumaira (em aparte)* - Deputado Paulo Piau, não poderia esperar outra forma de comportamento de V. Exa., que tem sido muito elegante e, além disso, é um dos Deputados mais competentes desta Casa. Agradeço, antecipadamente, por V. Exa. ter me concedido o aparte. Até acho que a Presidência poderia ter concedido, porque, ao final dos trabalhos, estamos já comemorando um ano de árdua luta no Plenário da Assembléia, nas comissões, e, nas discussões, seria justo, até como motivo de festa, de júbilo, que se tivesse democracia mais acentuada, concedendo a todos algumas regalias, principalmente quando se trata de falar de alguma coisa importante a respeito dos interesses do nosso povo.

Gostaria de dizer que tanto o Deputado Márcio Kangussu quanto todos nós, representantes das regiões mais pobres de nosso Estado, seja do vale do Mucuri, seja do vale do Jequitinhonha, seja do Norte de Minas, muitas vezes precisamos recorrer à ajuda e ao apoio de Deputados como V. Exa., de regiões que têm problemas sociais menos graves, como o Triângulo Mineiro, para compreender a nossa aflição e o nosso sofrimento. Precisamos da ajuda de Deputados de regiões mais ricas para nos orientar, para podermos cumprir da melhor maneira possível nossa missão de representar e defender os interesses daquela região.

O ilustre Deputado Márcio Kangussu ainda há pouco se referia, dessa tribuna, ao abandono da região do Estado que sequer tem os aparelhamentos próprios para tratar dos doentes crônicos renais. Teófilo Otôni tem um hospital que tem esses aparelhos. Agora, por iniciativa própria, Dra. Márcia Ramalho e seu marido construíram, com recursos próprios, um mini-hospital, uma clínica para atender a esses doentes.

O Deputado Márcio Kangussu e eu também fomos requisitados para esse trabalho. Tentamos conseguir uma autorização para que a clínica funcionasse, mas estamos encontrando as maiores dificuldades. O Governo, além de não suprir essas deficiências, que são de sua obrigação, ainda procura criar obstáculos e dificuldades para a instalação de clínica.

Gostaria de pedir ao Deputado Paulo Piau, que é um Deputado de alto gabarito e de muito conhecimento, para dizer também no seu discurso sobre a sua apreensão quanto a um problema que não deve ser só dos que vivem nos vales do Mucuri e do Jequitinhonha, mas de toda Minas

Gerais, que tem que ter sentimento cívico e social por todos, sem nenhum tipo de discriminação.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, quero pedir permissão a todos para cumprimentar aqui, nas pessoas das professoras presentes nessa galeria, todas as professoras e todos os servidores da educação espalhados por Minas Gerais, inclusive no seu vale.

Contem com a nossa solidariedade e, mais do que isso, com a nossa luta junto com vocês, sobretudo as designadas, as professoras, as serviçais, para que possamos encontrar uma solução justa e viável, que não seja nenhum privilégio, mas que seja justa. Com certeza vamos encontrar.

Parabenizo, mais uma vez, a Deputada Elbe Brandão, que assumiu essa bandeira com muita bravura. Isso nos dá força para nos somar a ela. Na Presidência da Comissão de Educação, tenho certeza de que estamos nessa trincheira juntos.

Sr. Presidente, gostaria de dizer que estamos no final de sessão legislativa do ano 2001, ano que foi bastante tumultuado para a Casa, mas esta Casa não deixou de trabalhar. A Casa fiscalizou, legislou, conversou com a sociedade, trazendo-a aqui para discutir os problemas, realizou várias CPIs, seminários e encontros. Quero parabenizar os Deputados que, apesar de toda a crise que viveu a Casa - diria: com as meias verdades, não com a verdade - ainda estão totalmente à disposição da sociedade mineira.

Já estamos informados de que, no início do próximo ano, realizaremos um grande seminário exatamente para dar absoluta transparência à Assembléia Legislativa, de modo que a sociedade mineira saiba do significado desta Casa, que, na verdade, cumpre o seu papel. A sociedade precisa saber que a democracia tem um custo: custa a liberdade do Legislativo, a nossa liberdade de praticar a ação legislativa, sem interferência de grupos econômicos e, o que é muito importante, sem interferência do crime organizado. Se temos essa liberdade, é claro que estamos também avançando na democracia.

Quero parabenizar os servidores desta Casa, que nos assessoram com muita garra e competência e que sofreram, junto conosco, toda esta crise por que passa o Legislativo mineiro. Mas haveremos, sim, de aproveitar a crise e encontrar caminhos que possam satisfazer ainda mais a sociedade de Minas Gerais. Especialmente à TV Assembléia, quero manifestar a nossa gratidão, pela competência com que tem transmitido os nossos trabalhos. Nós, que estamos indo às cidades das várias regiões do Estado, temos ouvido comentários de pessoas que, pela distância, não sabiam o que faz o Poder Legislativo. Agora, a TV Assembléia está lá, na casa e no trabalho de todos os mineiros, que cada dia mais assistem à TV Assembléia. Para nós, isso é muito bom, porque um trabalho solitário e anônimo é de difícil reconhecimento. E tenho certeza de que o povo está vendo, cada dia mais, aqueles que querem o bem do Estado.

Gostaria, também, de parabenizar ao Tribunal de Contas de Minas Gerais. Refiro-me ao Presidente José Ferraz, nosso companheiro de tempos passados; ao relator de um processo sobre o qual falarei logo mais, o ex-Deputado Simão Pedro Toledo; ao nosso companheiro, ex-Deputado Elmo Braz; aos Conselheiros Murta Lage, Sylo Costa, Carone e Flávio Régis. Tive a oportunidade de acompanhar de perto um processo que aquela Casa analisou com muito critério e pude ver como as coisas são tratadas de maneira séria no Tribunal, o que me deixou muito feliz. Todos acabamos ficando distantes tanto do Tribunal de Justiça quanto do Tribunal de Contas - nós, da Oposição, às vezes até do Executivo. Assim, quando nos aproximamos de uma estrutura dessas e vemos que ali se realiza um trabalho sério, não podemos deixar passar a oportunidade de parabenizá-la. E o nosso Tribunal de Contas vem fazendo um trabalho especial no sentido de coibir a corrupção, sobretudo, e de trazer transparência e lisura ao processo da administração pública no Estado.

Gostaria de me referir a um processo de maneira especial. Lamentavelmente, a política menor e miúda faz, muitas vezes, uma cortina de fumaça nos interesses maiores da população. O processo que acompanhei diz respeito às contas do ex-Prefeito de Uberaba, Luís Guaritá Neto, Vice-Presidente do PFL no Estado, e começou com um processo de licitação pública de uma empresa chamada Setembro, para dar publicidade às ações da Prefeitura Municipal. Lamentavelmente, em que pese a toda a justificativa e argumentação, tivemos uma ação civil na justiça comum para a condenação do ex-Prefeito. Não quero questionar a decisão da justiça; muito longe disso. Mas a primeira instância de Uberaba, por meio do Juiz Lenin Ignethi, tomou uma decisão condenando o ex-Prefeito a devolver à Prefeitura recursos gastos com publicidade.

Nesse ínterim, entre a decisão do Juiz de Direito, que não vamos contestar, pois o Tribunal de Segunda Instância julgará o processo, que se encontrava em análise no Tribunal de Contas, acompanhei, de perto, o assunto, vendo quanto são discutidos os detalhes de cada procedimento. Houve a votação, em que cada Conselheiro deu seu voto, e esse processo, especificamente, por unanimidade, recebeu parecer favorável, comprovando que as contas do ex-Prefeito Luís Guaritá Neto nada tinham de irregular, como sabíamos, pela coerência, seriedade e honestidade que demonstrou à frente da Prefeitura Municipal de Uberaba. Nesse meio tempo, houve a decisão da primeira instância, em Uberaba, relativa a essa ação, e tivemos um fato que nos deixa angustiados, pois Minas Gerais precisa falar de uma política maior, de desenvolvimento, de planos, de programas e projetos que venham a beneficiar o Estado, suas regiões e municípios. Nesse período, tivemos um aproveitamento político pequeno. Lamentavelmente, o ex-Presidente Deputado Anderson Aduino aproveitou-se, segundo informações, de uma empresa de publicidade chamada DNA, que, segundo consta, é ligada ao Senador José Alencar, que, por sua vez, tem ligação com o Deputado Anderson Aduino. E, antes mesmo da decisão do Tribunal de Contas, essa empresa divulgou o resultado da justiça de primeira instância, de Uberaba, para todo o País, denegrindo a imagem de uma pessoa séria, o ex-Prefeito Luís Guaritá Neto. Portanto, essa é a política pequena, miúda. O artigo, contendo essa condenação, foi publicado na "Folha de S. Paulo", no "Hoje em Dia", na imprensa regional. Portanto, conclamo todos os Deputados a deixarem essa política pequena, miúda, essa política que só persegue e não leva a nada, para que possamos construir um Estado melhor. Nada tenho contra o processo judicial, pois é um instrumento que a sociedade democrática possui. Mas aproveitar-se de uma decisão de primeira instância para espalhar essa matéria para o Brasil inteiro, denegrindo a imagem de uma pessoa séria, isso temos que contestar. Desafio o Deputado Anderson Aduino a colocar a sua vida na balança junto com a de Luís Guaritá Neto, para verificarmos quem é mais sério, quem se encontra mais interessado no bem público e no de toda a população. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as nossas primeiras palavras sejam de saudação aos colegas desta Casa, no término de mais um ano desta legislatura. Deus me deu a honra de representar a cidade de Montes Claros e a região do Norte de Minas.

Fui Vereador em 1976, o mais votado da história da cidade de Montes Claros até o momento; em 1982 fui eleito Prefeito dessa cidade, ainda no verdor dos meus 27 anos; em 1990 fui eleito Deputado Federal com 52 mil votos; em 1992 fui eleito para um segundo mandato como Prefeito. E, em 1998, fui eleito Deputado Estadual. Tenho a honra de dizer que esta Casa é uma escola. Aqui se aprende muito e é a oportunidade que nós, homens públicos, temos de exercer nosso interesse comunitário. Nesse final de ano, quando vimos uma Assembléia profundamente fustigada, injustamente agredida, quando vimos esta Casa ser metralhada, como se todos os Deputados fossem reduzidos à insignificância da sarjeta, é importante mencionar que esta Casa resgatou sua imagem, resgatou sua dignidade aprovando projetos da maior importância, com a responsabilidade de quem tem a maior independência em relação ao Poder Executivo. Nesse aspecto, reconheça-se, porque é de direito, a vocação do Governador Itamar Franco de não garrotear esta Casa como sempre ocorreu no passado.

No dizer de Montesquieu, os Poderes são harmônicos e independentes. Essa é a definição filosófica, mas não tem sido assim nos últimos anos. Os Governadores, de modo geral, querem exercer sobre esta Casa um garroteamento tal que deixa a Casa impedida de trabalhar. O Governador Itamar Franco faz questão de dar independência a esta Casa, de dar liberdade para que instale as suas CPIs, para que ela investigue o próprio Governo, que tenha liberdade para votar aquilo que deve ser votado. Tanto isso é verdade, que nesta Casa foram

corrigidas algumas medidas do próprio Governo. Em outras ocasiões, alguns vetos foram derrubados contra a vontade do Executivo, o que demonstra que os Deputados criaram maturidade e aprenderam a ter a responsabilidade de quem tem que votar aquilo que é certo e impedir que aquilo que é errado venha a ser aprovado. Esta Casa é o espaço mais econômico que se pode ter para garantir a democracia em nosso Estado. Um dia destes, peguei o total de tudo que se gasta na Assembléia de Minas - o orçamento para o próximo ano é de R\$300.000.000,00 -, dividi pela população de nosso Estado e cheguei à conclusão de que este espaço aberto ao povo, para onde convergem todas as tendências populares, para onde vêm os desvalidos pedir apoio, para onde vêm os comerciantes, os professores, os funcionários públicos, os lojistas, como ocorreu nesta semana, custa R\$18,00 "per capita" por ano ao povo mineiro. Isso significa 2% da receita bruta do Estado. Será que manter uma Casa destas, aberta a todas as tendências, por R\$18,00 por ano é um custo tão alto assim? Será um custo tão alto para merecermos essa enxurrada de acusações?

Esta Casa fez o seu dever. Havia distorções de 20 anos ou mais, e os Deputados se foram acostumando a receber um salário razoável, remuneração que se confundiu com a despesa a tal ponto de imaginar-se um valor muito superior ao necessário. Mas esta Casa fez seu mea-culpa, reconheceu que estava errada, caiu dentro da realidade econômico-social do Estado e termina o ano merecendo o aplauso do povo mineiro, dirigido não a mim, pessoalmente, mas à instituição. Hoje estamos aqui como Deputados, amanhã poderemos não estar, mas estará funcionando, mantida e preservada, a força legislativa, a Casa do povo, onde estarão preservados a democracia e o direito de todas as correntes políticas ao assento, à vez e à voz.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Luiz Tadeu Leite, agradeço o aparte. Não poderia deixar de trazer minha manifestação dentro desse contexto, parabenizando V. Exa. por esse enfoque. Quero ainda complementar, Deputado Luiz Tadeu Leite, que a Assembléia Legislativa é um Poder extremamente importante para a manutenção da democracia, sem o qual voltaremos ao regime ditatorial, que não interessa à sociedade. Esse poder foi agredido. As pessoas foram responsabilizadas, mas, muito mais do que elas, o Poder foi atingido. E haveremos de aproveitar a situação para colocar para a sociedade mineira a verdade, que ainda está oculta.

A Assembléia de Minas gasta 2% do orçamento do Estado, como ocorre com todos os parlamentos do País. E a Assembléia mineira é uma das mais produtivas, exportando procedimentos e processos para as outras. Então, pergunto: "onde está o milagre?". Se pensássemos em uma empresa, veríamos que confundiriam faturamento com lucro e, no caso da Assembléia, orçamento com salário. Havida a confusão, temos a responsabilidade de passar a informação correta para o povo de Minas. Muito obrigado.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Peço vênia para fazer minhas as palavras de V. Exa., a fim de reforçar nosso discurso.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Gostaria de parabenizar o Deputado Luiz Tadeu Leite por estar trazendo, no último dia dos trabalhos deste ano, informação lúcida e clara do que representamos e de quanto custamos para o povo de Minas Gerais. Se V. Exa. for analisar, realmente R\$18,00 é muito barato, se soubermos fazer deste parlamento um instrumento de resgate da dignidade.

Agradeço ainda a V. Exa., pois sei que é meu parceiro e também luta para que a justiça social chegue aos professores designados e aos serviços do Estado. Neste momento, já temos alguns representantes na Casa e esperamos que, no decorrer da tarde, cheguem mais, pois o interior já está se mobilizando, por cidades como Montes Claros, Uberaba, Poços de Caldas e Barbacena. Aliás, Uberaba é terra do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que se negou a assinar o requerimento pedindo ao Governador do Estado que prorrogue até junho os contratos desses designados, para que, conjuntamente com o Sind-UTE, a Assembléia e a comunidade, encontremos uma solução para o problema.

Gostaria de ouvir de V. Exa., que já afirmou, no passado, esse apoio, a sua atual posição.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Deputada Elbe Brandão, não temos o costume de mudar de pensamento, raciocínio ou interesse com o passar dos tempos, ainda mais quando passa tão pouco tempo.

Continuo com o mesmo propósito de ser solidário e de apoiar efetivamente a situação desses milhares de servidores e serviços, que são funcionários do Estado de Minas Gerais. Eu, que tive a alegria de ter apoiado o Governador Itamar Franco nos dois turnos da eleição, recuso-me a acreditar que o seu governo fará a injustiça de demitir, sem nenhum direito, milhares de pessoas em nosso Estado, que prestaram 5, 8, 10 e 20 anos de serviço. Essas pessoas não foram aprovadas nos concursos de provas, mas no concurso do trabalho diário. Caso não fossem competentes, não estariam trabalhando por tanto tempo nas escolas. Aguardo que a Secretaria da Educação encontre uma solução para esses milhares de pessoas.

Esta Casa, especialmente nas CPIs, teve a oportunidade de brilhar neste ano que se finda. Os Deputados trabalharam na condição de investigadores, com o poder de polícia. Por essa razão, CPIs importantes houve. No final do ano, acaba de ser instalada a CPI do Sistema Prisional, que investigará as irregularidades, as ilegalidades, as falcatruas e as corrupções nos sistemas penitenciário e prisional do Estado. Tive a honra de ser indicado o seu relator. Daqui para a frente, especialmente no retorno às nossas atividades, teremos a oportunidade de desbaratar uma quadrilha de tráfico de drogas que infelizmente se instalou nos setores da Secretaria da Justiça, por meio das penitenciárias. Parece haver vestígios de graves irregularidades que precisarão ser enfrentadas. Nesta semana, tive a iniciativa, amplamente apoiada por esta Casa e já aceita pelo seu Presidente, de propor a instalação da chamada CPI do Futebol Mineiro. A CPI do Futebol em nível nacional encontrou muitas irregularidades na Federação Mineira e nos clubes profissionais, apenas em um levantamento superficial. Esperamos que a CPI do Futebol Mineiro, que será muito comentada no ano que vem, porque iniciará em fevereiro, traga para esta Casa os seus extratos bancários e as suas contas telefônicas, quebrando-se sigilos bancários, a fim de buscar a verdade. Gostaríamos de saber se há corrupção apenas na política. Onde existir, terá de ser combatida. E a CPI do Futebol começará a colocar o dedo na ferida de uma questão que, infelizmente, sabemos que existe há muitos anos, mas não aprofundamos nesse assunto como devíamos. A CPI do Futebol nacional cumpriu o seu papel. Caberá à CPI do Futebol Mineiro estender as suas garras, buscando aprofundar-se, para realmente encontrar as irregularidades.

Há pouco assistimos ao grande pronunciamento do Deputado Márcio Kangussu, com quem nos solidarizamos. Ele solicita um sistema de hemodiálise para a região onde nós dois somos votados, especialmente para Almenara, que precisa muito desse recurso.

No final do ano passado, lamentamos a situação da BR-135, da BR-040 e de outras rodovias mineiras, pelo seu estado lastimável. Naquele momento, tínhamos a esperança de que, passado o ano, haveria a reforma e o racapeamento de todas as estradas de Minas Gerais. Após um ano, estamos em uma situação ainda pior: as estradas pioraram, e há algumas intransitáveis, como a BR-135. Chegamos novamente ao Natal, viajando por essas estradas e correndo o risco de sofrer acidentes e de perder vidas preciosas. Até quando teremos de agüentar esse Governo Fernando Henrique. "Quo us quae tandem" Fernando Henrique Cardoso "abu tere". Quando Minas Gerais ficará livre do jugo, da perseguição e da marcação do Governo Fernando Henrique Cardoso. Muito obrigado.

- Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, funcionários desta Casa, pessoas que nos vêem pela TV Assembléia, pessoal da galeria, senhoras e senhores, alguns servidores do Estado, da área da educação, afastados preliminarmente para fins de aposentadoria ou já aposentados por ato do Governador, têm sido convocados a retornar ao trabalho em virtude de interpretação de dispositivo legal aplicável ao direito que pleiteiam, mais precisamente do art. 285 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

Como podem ver, as dificuldades não são apenas com os designados. Elas acontecem em muitas outras situações da área da educação. Estamos aqui para recompor a justiça. Vamos, junto com o Governo do Estado, buscar os caminhos para conseguir a solução desses problemas injustos que estão acontecendo, principalmente no caso da educação.

Tal convocação vem ocasionando sérios transtornos: em primeiro lugar, para o ensino público, pois esses profissionais estão sendo reconduzidos às salas de aula, sem uma nova capacitação que possa sanar a defasagem natural pela falta do exercício durante muitos anos; em segundo lugar, para os próprios servidores, já que, julgando-se, com razão, aposentados, muitos transferiram domicílio para outros Estados, e alguns passaram a se dedicar a outras atividades profissionais. Grande maioria não tem hoje condições físicas para retomar o exercício das funções, por problemas de saúde.

A intranquilidade é geral, e os servidores se sentem inseguros e desrespeitados. Por esse motivo, encaminhei à Presidência desta Casa, em 28/8/2001, requerimento para que seja formulado apelo ao Secretário de Recursos Humanos e Administração e ao Secretário da Educação, a fim de que não sejam realizadas novas convocações, pelo menos até que seja votada neste Legislativo a Proposta de Emenda à Constituição nº 78/2001, de nossa autoria. Essa proposta de emenda à Constituição tem como uma de suas finalidades delinear, claramente, o destinatário do direito à contagem proporcional do tempo de magistério de que trata o art. 285 da Constituição do Estado, uma vez que, pelas normas regulamentadoras da concessão do benefício, restou excluído do direito um segmento dos servidores a quem a contagem proporcional também se aplica. É o caso do ocupante do cargo de professor, ao se aposentar, que se enquadra na modalidade comum de aposentadoria, em virtude de ter exercido, por qualquer tempo e razão, atividade fora da docência e ter, em consequência, perdido o direito à aposentadoria especial.

Para se fazer justiça aos citados servidores, que foram prejudicados, muitos deles já aposentados, por terem perdido os dias adquiridos com a aplicação da referida proporcionalidade, em face das últimas orientações, ainda mais restritivas que as anteriores, a minha proposta de nova redação para o art. 285 deixa claro, em seu inciso II, alínea "b", que o benefício se aplica à hipótese de aposentadoria comum, com proventos integrais ou proporcionais, requerida até a data da Emenda à Constituição Federal nº 20, publicada em 16/12/98, quando o direito ao tempo ficto estava assegurado, e àquela requerida ou a ser requerida após sua edição, com base no seu art. 3º.

Este Legislativo, ao que parece, ainda não recebeu a manifestação da SERHA a respeito do teor do requerimento, mas acredito que o Sr. Secretário será sensível ao apelo, suspendendo as convocações até o esclarecimento definitivo, que se propõe com a Proposta de Emenda à Constituição nº 78, do disposto na Constituição do Estado.

Peço a compreensão dos órgãos responsáveis pelo assunto. E aos meus pares peço a aprovação da PEC nº 78, que há de realinhar e padronizar o entendimento relativo à contagem do tempo de serviço, devolvendo a muitos servidores a tranquilidade tão necessária.

São servidores que, ao longo de uma carreira de bons serviços, deram o melhor de si pela administração pública do nosso Estado e merecem usufruir da sua aposentadoria sem revezes ou sobressaltos.

Quero, ainda aproveitando a oportunidade, agradecer ao Sr. Presidente desta Casa, à Mesa Diretora, aos caros funcionários - não me permito mencionar setores, pois todos integram esse conjunto eficiente de colaboradores -, aos representantes dos órgãos de imprensa, aos cidadãos que, das galerias, prestigiam os nossos trabalhos e testemunham o nosso empenho em representá-los com dignidade, às representações profissionais, sindicatos e organizações que sempre se fizeram presentes em nossas lutas, comissões, reuniões etc. Dedico especial agradecimento aos valorosos ex-servidores da extinta MinasCaixa, que vêm caminhando comigo e estreitando os laços de amizade e respeito. Foi um ano muito profícuo, mas muito difícil. Dirijo-me com admiração e gratidão a todos os meus pares, cumprimentando-os pela correção do seu desempenho e compromisso com o bem-estar da comunidade que representamos, na esperança de dias melhores para o povo mineiro. Se, por vezes, divergimos, a grande ganhadora foi a democracia, que nos garante a mais ampla liberdade de expressão. Dos debates sempre surge a forma mais aperfeiçoada dos textos legais que temos a grande responsabilidade de propor à sociedade. Agradeço, pois, a todos pela cortesia e pelo convívio ameno e respeitoso. Ao Governador do Estado, aos Secretários de Estado, às autoridades e aos diversos órgãos do Executivo Estadual, ao Judiciário, ao Tribunal de Contas e aos demais órgãos, o meu apreço e consideração.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Ilustre Deputado Doutor Viana, estou ouvindo atentamente V. Exa. Esta é a hora de agradecer, sim, na última sessão deste ano, quando a Assembléia Legislativa, mais do que nunca, prestou relevantes serviços ao seu povo e sua gente. Vejo a importância do discurso de V. Exa.

É importante, antes de qualquer coisa, agradecer a Deus pela nossa convivência fraternal, pelo espírito de solidariedade que une e sempre unirá todos os parlamentares do Estado.

É necessário parabenizar também a Mesa Diretora, os nossos assessores, enfim, todos os funcionários desta Casa, que é um modelo e exemplo de Minas para o Brasil. Unindo-me a V. Exa., desejo a todos os nossos servidores que sejam muito felizes. Tenho a certeza de que esta Assembléia continuará a ser o esteio, o timoneiro das decisões em defesa do povo mineiro.

Parabéns a V. Exa. e a todos que aqui lutam e labutam, a quem rendo os nossos agradecimentos e as nossas homenagens. Espero que cada um tenha, juntamente com a família, paz e tranquilidade. Manifesto a nossa gratidão e os votos de muita prosperidade, particularmente àqueles que trabalham nesta Casa abençoada por Deus. Peço a Deus que abençoe V. Exa., que desempenha um trabalho brilhante, exemplo para todos os parlamentares de Minas.

O Deputado Doutor Viana* - Agradeço o aparte do nobre Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Abordarei, rapidamente, dois assuntos relacionados com as BRs-040 e 135. Hoje, o Ministro dos Transportes esteve na cidade de Três Marias. O Superintendente do DNER, Dr. Élcio Montese, quer fazer tudo em benefício do nosso Estado. Não é sua culpa se não o faz ou não o faz por completo; o problema é a falta de recursos, que não são liberados, principalmente pelo Ministério dos Transportes. Hoje, lamento não ter tido tempo e oportunidade para ir a Três Marias, estar junto do povo daquela cidade e da minha região. Mas tínhamos e temos o dever de votar matérias como o orçamento, o Código de Ética e o projeto que envolve os Carcereiros da Polícia Civil. Enfim, temos de estar presentes para votar, possivelmente neste último dia de trabalho legislativo em 2001, matérias importantes. Portanto, não desejei ausentar-me.

Tenho a confiança de que, após as chuvas, será feito o recapeamento da BR-040 até Três Marias, no trevo de Curvelo, e a duplicação desde Sete Lagoas até aquele trevo, bem como o recapeamento da BR-135, que está na fase tapa-buracos. Essas obras são necessárias, uma vez que está em risco não só a vida do povo mineiro, mas também a de todos que transitam por aquelas duas BRs do nosso Estado.

Na condição de médico, faço coro com o Deputado Márcio Kangussu, que solicitou a viabilização, o mais breve possível, da hemodiálise para os vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Claro que temos de lutar pelas condições de vida das pessoas que têm problemas renais crônicos. Apoiamos totalmente essa justa reivindicação feita por esse grande Deputado, nesta tarde.

Agradeço a Deus por mais um ano de vida e de trabalho. Agradeço ao povo mineiro e, de modo particular, ao povo da minha região, do Centro-

Norte de Minas, especialmente da minha querida Curvelo, que me fez majoritário. A todos o meu agradecimento, o meu reconhecimento e o meu compromisso de continuar a exercer com responsabilidade, respeito e lisura o mandato que me confiaram. Feliz Natal, feliz Ano Novo.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elbe Brandão* - Esta Deputada agradece ao Deputado Edson Rezende o requerimento aprovado na Comissão. Temos recebido denúncia de que em Guaraciama filho de Vice-Prefeito está recebendo bolsa-escola, filho de Vereador está no programa de erradicação do trabalho infantil. É um desrespeito, porque o Presidente Fernando Henrique cria programas para a rede de proteção social para não vermos meninos nas ruas das cidades. A administração de Belo Horizonte é do PT, e queremos estar juntos melhorando a vida dos belo-horizontinos. Há meninos que poderiam estar inseridos no programa de erradicação do trabalho infantil, e a sua família receberia R\$40,00 por mês. E vemos, nas ruas, as mães usar seus filhos para obter dinheiro, quando poderia estar ganhando um dinheiro do Governo Federal, deixando seus filhos na escola, numa parte do dia, e, na outra, tendo assistência do Estado. É o conceito de educação integral. Há denúncias de que em Guaraciama ocorre esse desrespeito. Por isso, buscamos a lista no Ministério da Educação e no Ministério da Assistência Social.

O Deputado Miguel Martini também está aqui nos ajudando na luta dos professores designados. Como Líder do PSB, tem cinco requerimentos também para que possamos permanecer na Assembléia, acampar e dormir, se necessário, mas não queremos deixar encerrar este exercício sem que tenhamos uma resposta do Governador Itamar Franco sobre a prorrogação dos contratos.

Estamos encerrando esse encaminhamento e voltaremos em todos, para termos os requerimentos do Deputado Miguel Martini apresentados pela Presidência desta Casa. Solicitamos aos professores que continuem ligando para seus companheiros, para que venham a esta Casa ou estejam nas portas das delegacias de ensino, mostrando para Minas Gerais quem são: cidadãos corretos, honestos, que lutam pela vida.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamento que, dos dez requerimentos que apresentei, pedindo informações e ações da Assembléia referentes a desmandos e atos irresponsáveis deste Governo e a apuração de denúncias graves, somente consegui que cinco fossem colocados na pauta de hoje, mas assim mesmo usando de todos os artifícios, a fim de que sobrassem apenas 8 minutos para a votação.

Existem requerimentos aprovados desde agosto de 2001. Mas a Casa, até hoje, não teve tempo de enviar os ofícios. Como podemos exercer a nossa função fiscalizadora se a Mesa não agiliza o processo? Hoje votaremos outro requerimento que se relaciona com um avião utilizado pela Deputada Maria Lúcia Cardoso na época em que era Secretária. Já deixou esse cargo, voltou a exercer o mandato de Deputada Federal, houve outra denúncia envolvendo o seu nome no SERVAS, mas somente agora será votado o requerimento de pedido de informações. Como vamos exercer a nossa função fiscalizadora?

Essa pessoa, que está assinando como Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto, teve o seu nome rejeitado por este Plenário. Mas o Governador, desrespeitando a ação desta Casa, o nomeou Presidente. Fiz um requerimento, a fim de saber se era mesmo o Presidente. Na resposta que recebi, assinava como Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto. Ou seja, queremos a aprovação desse requerimento. A própria Procuradoria desta Casa emitiu parecer dizendo que todos os atos desse senhor são nulos. Queremos a aprovação desse requerimento, para que a Mesa, o Presidente da Assembléia Legislativa e o 1º-Secretário acionem, por intermédio da Procuradoria desta Casa, a justiça, para que esse senhor seja afastado e todos os seus atos sejam anulados, porque não é, de direito, Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto. Ele comete um crime, provavelmente o de falsidade ideológica, porque assina como Presidente sem ter direito, sem estar autorizado.

É lamentável um Governador que desrespeita a Constituição do Estado. Vamos examinar essa questão no partido, porque talvez seja o caso realmente de impetrar uma ação de "impeachment", já que ele jurou cumprir a Constituição. É deste parlamentar a emenda que obriga que os Presidentes de fundações e autarquias sejam sabatinados nesta Casa e, depois, em votação secreta, a sua indicação seja aprovada ou não.

O Governador enviou alguns nomes. Por exemplo, para a Fundação da TV Minas não veio a indicação para esta Casa. Os atos dessa senhora são nulos. Todos os contratos assinados por ela são nulos. Os funcionários da TV Minas e os da Fundação de Arte de Ouro Preto não precisam obedecer a esses Presidentes, que o são de mentirinha. Eles não têm amparo legal para estar no cargo.

A Constituição do Estado é muito clara: tem de haver a aprovação prévia da Assembléia Legislativa. E o caso do Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto é pior: seu nome foi rejeitado por este Plenário. É absurdo que um parlamentar, aliás, os 77 parlamentares, eleitos para legislar, fiscalizar e representar, vejam as suas atividades tolhidas em sua competência. Mas não vamos desistir. Vamos aprovar esse requerimento e, quando o aprovarmos, estaremos transferindo para a Mesa, para a Presidência a ação jurídica. O nosso gabinete e o PSB, complementarmente, também devem dar entrada a uma ação para sustar todos os atos por eles praticados. É o caso da Loteria de Minas, do IPLEMG, da FUNED, da TV Minas e da Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP.

É lamentável que tenhamos de vir à tribuna apresentar um requerimento para pedir que a lei seja cumprida. Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pedimos a aprovação deste como também dos outros requerimentos que vamos votar. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão* - Gostaria de encaminhar contrariamente ao requerimento do Deputado, porque o orçamento é agora o primeiro da pauta, e, quando estiver sendo votado, este local vai estar apinhado de Deputados. Então, não quero colocar outros projetos antes, porque precisamos desse instrumento. Assim, solicito ao Deputado Rogério Correia que retire o seu requerimento, até porque não temos quórum para a votação de nenhuma matéria. Precisamos disso, principalmente esta Deputada, que está na luta pelos designados. Com todo o respeito que tenho pelo funcionário público, Deputado Rogério Correia, o Líder do PT não está nem aí para a causa dos designados e quer usar de um mecanismo injusto. (- Pausa.)

Peço desculpas ao Deputado Rogério Correia, porque, na verdade, seu requerimento nos vai dar condição de continuar discutindo. Assim, vou encaminhar a favor do requerimento, mas repito que neste momento não temos quórum para votar nada. Portanto, até para que possamos continuar nossa luta de negociação, solicito que o Presidente encerre, de plano, esta reunião. O que faríamos aqui, neste momento? Vamos encerrar esta reunião e ganhar tempo para que possamos negociar e para que possam mostrar sua casa a Minas Gerais os mais de 100 mil funcionários públicos deste Estado, que prestam serviços há 18 ou 20 anos, mas que estão recebendo, da Secretaria, uma porta na cara.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Padrão IX Informática Sistemas Abertos Ltda. Objeto: licenciamento de programas, serviços de atualizações de suas versões e de suporte a eles. Objeto deste aditivo: ampliação do objeto. Dotação orçamentária: 3132 (301). Vigência: de sua assinatura a 28/1/2002.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Companhia do Micro Ltda. Objeto: locação de 3 impressoras a laser. Objeto deste aditivo: prorroga o contrato e dá outras providências. Vigência: 6 meses a contar de sua assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Sudoeste Serviços Gerais Ltda. Objeto: prestação de serviços de adaptação de instalações, consertos, reparação e manutenção predial das dependências do Palácio da Inconfidência e de seus anexos. Objeto deste aditivo: Prorrogação do CTO/216/99. Dotação orçamentária: 01.122.001.2.127.00013132 (301). Vigência: 3/1/2002 a 2/4/2002 ou até a ocorrência do término de procedimento licitatório.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléa Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Posto Antônio Massud Ltda. Objeto: prestação de serviço de abastecimento de combustível para veículos automotores. Objeto deste aditivo: recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Dotação orçamentária: 01.122.001.2.127.00013120 (301).

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 74/2001

CONVITE Nº 53/2001

Objeto: contratação de empresa para prestação de serviço de manutenções preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento e reposição de peças, em 1 máquina envelopadora turbo, modelo JDR-1336, marca Xerox, por um período de 12 meses. Licitante vencedora: Xerox Comércio e Indústria Ltda.

Aviso de Licitação

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2001

CONVITE Nº 55/2001

Objeto: aquisição de diversos livros. Licitantes vencedoras: Livraria Mandamentos e Editora Ltda. (itens 1, 3, 4, 6 a 10, 12, 13, 15 a 21, 23, 27 a 29, 31, 34, 36, 37, 39, 45, 47, 50 a 53, 56, 58, 59, 62, 65, 66, 68, 69, 73, 75, 76, 80, 81, 85, 87 a 91, 93, 96, 98, 99, 104, 110, 111, 118, 120 a 123, 126, 127, 129, 130, 135, 136, 137, 140, 145, 146, 148 a 152, 156, 157, 159, 160, 162, 164 a 167, 169, 172 a 174, 181, 184, 186, 188 a 190, 193, 198, 200, 201, 203, 205, 207 a 211, 213, 215 a 227, 232 a 234, 236, 238 a 240, 242 a 247, 249, 252 a 256, 258 a 260, 262 a 264, 266 a 271, 273, 277, 278, 280, 282, 284, 285, 287, 288, 290, 292, 296 a 298, 300, 306, 308 a 311, 315 a 317, 319 a 321, 323, 324, 326, 328, 330, 332, 333, 335 a 344, 346 a 349, 352, 353, 356, 361, 362, 365, 368 a 372, 380, 382 a 384, 386 e 387); Livraria e Distribuidora Mente Sana Ltda. (14, 25, 26, 38, 42, 46, 60, 61, 70, 72, 78, 86, 92, 95, 97, 100, 103, 105, 106, 109, 112, 113, 115, 117, 119, 125, 131, 155, 168, 171, 176, 177, 180, 182, 185, 191, 192, 194 a 197, 204, 206, 214, 228, 229, 231, 235, 237, 250, 272, 286, 294, 301, 302, 313, 314, 322, 327, 329, 331, 345, 350, 351, 354, 355, 357, 358, 360, 363, 366, 373 a 376 e 388) e Frater Livros Ltda. (itens 2, 30, 32, 40, 48, 83, 101, 102, 107, 108, 114, 116, 124, 128, 132, 133, 142 a 144, 153, 154, 158, 161, 170, 175, 178, 179, 202, 230, 248, 257, 274, 281, 283, 291, 305, 307, 312, 359, 364, 367 e 381).